



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DEMONSTRATIVO DE ATIVIDADES
EXERCÍCIO | 2011



CORREGEDORIA

CONSELHEIRO CORREGEDOR SEBASTIÃO HELVECIO

FOTO DA CAPA

TEMA: FLORES DE MINAS

FOTO: ROBERTO MURTA | ZONA DA MATA/CERRADO | MG

EM CIMA, DA ESQUERDA PARA A DIREITA: AGARISTA E FLOR DE PEQUI

EMBAIXO, DA ESQUERDA PARA A DIREITA: MIMOSA E CANELA DE EMA



Av. Raja Gabaglia, 1.315
30.380-435 Luxemburgo
Belo Horizonte | Minas Gerais
(31) 3348-2111
www.tce.mg.gov.br

FOTO DA CAPA | TEMA: FLORES DE MINAS | FOTO: ROBERTO MURTA | ZONA DA MATA/CERRADO | MG

EM CIMA, DA ESQUERDA PARA À DIREITA: AGARISTA E FLOR DE PEQUI

EMBAIXO, DA ESQUERDA PARA À DIREITA: MIMOSA E CANELA DE EMA



CONSELHEIROS

Antônio Carlos Doorgal de Andrada – Presidente
Adriene Barbosa de Faria Andrade – Vice-Presidente
Sebastião Helvecio Ramos de Castro – Corregedor
Cláudio Couto Terrão – Ouvidor
Eduardo Carone Costa
Elmo Braz Soares (Aposentadoria: Maio/2011)
Wanderley Geraldo de Ávila
Mauri José Torres Duarte (Posse: Agosto/2011)

AUDITORES

Edson Antônio Arger (Aposentadoria: Outubro/2011)
Gilberto Diniz
Licurgo Joseph Mourão de Oliveira
Hamilton Antônio Coelho

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS

Glaydson Santo Soprani Massaria – Procurador-Geral
Maria Cecília Mendes Borges
Sara Meinberg Schmith de Andrade Duarte
Marcílio Barenco Corrêa de Mello
Elke Andrade Soares de Moura Silva
Cristina Andrade Melo

TRIBUNAL PLENO

Antônio Carlos Doorgal de Andrada – Presidente
Eduardo Carone Costa
Elmo Braz Soares (Aposentadoria: Maio/2011)
Wanderley Geraldo de Ávila
Adriene Barbosa de Faria Andrade
Sebastião Helvecio Ramos de Castro
Cláudio Couto Terrão
Mauri José Torres Duarte (Posse: Agosto/2011)

PRIMEIRA CÂMARA

Adriene Barbosa de Faria Andrade – Presidente
Wanderley Geraldo de Ávila
Cláudio Couto Terrão
Edson Antônio Arger (Aposentadoria: Outubro/2011)
Licurgo Joseph Mourão de Oliveira

SEGUNDA CÂMARA

Eduardo Carone Costa – Presidente
Elmo Braz Soares
Sebastião Helvecio Ramos de Castro
Gilberto Diniz
Hamilton Antônio Coelho

ELABORAÇÃO

Secretaria da Corregedoria

Letícia Rezende Paiva – Coordenadora
Atenísio Claudino Souza
Jacqueline Alves Moreira César
Luzia Aparecida de Pádua
Maria Antônia dos Santos
Maria Regina Machado
Simone Rocha Soutto Mayor

CORREGEDOR

Conselheiro Sebastião Helvecio Ramos de Castro

ASSESSORIA

Ronaldo Jayme Machado – Chefe de Gabinete
Raquel Miranda de Oliveira Simões – Assessora
Pedro Edson Cabral Vieira

REVISORA

Esmeralda Amélia Madureira Souza

COLABORAÇÃO

Lúcio Braga Guimarães – Diretor de Comunicação
Luiz Cláudio Diniz Mendes – Coordenador de Comunicação

A presente publicação do Demonstrativo Anual da Corregedoria reúne as atividades realizadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais no ano de 2011.

Nesse exercício, evidenciou-se a busca pela excelência das atividades exercidas por esta Corte de Contas, mediante estudos sérios, consistentes, que viabilizam, cada vez mais, o trabalho de qualidade capaz de repercutir positivamente na vida dos cidadãos.

Modernas formas de gestão foram assimiladas pelo TCEMG, sinalizando a execução do controle sob a égide da eficiência, da economicidade, da eficácia e da efetividade.

O Tribunal definiu sete projetos prioritários para 2011, estrategicamente concebidos para permitir o maior alcance de efetividade em sua atividade-fim, que é o controle externo. Agilizou a tramitação dos processos, racionalizou a sua geração e promoveu, por meio do Projeto Ouvidoria, o fortalecimento da relação entre a sociedade e o Tribunal de Contas na busca, que é de todos, pela transparência e controle da atividade pública.

No período, o TCEMG desenvolveu expressivo trabalho pedagógico junto aos jurisdicionados. Inaugurou-se uma série de encontros técnicos com o objetivo de levar aos municípios mineiros conhecimentos sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei de Licitações, especialmente no que tange às regras a serem observadas no final de mandato, para orientação dos gestores sobre a correta confecção dos orçamentos municipais que irão vigorar no último ano de seus mandatos.

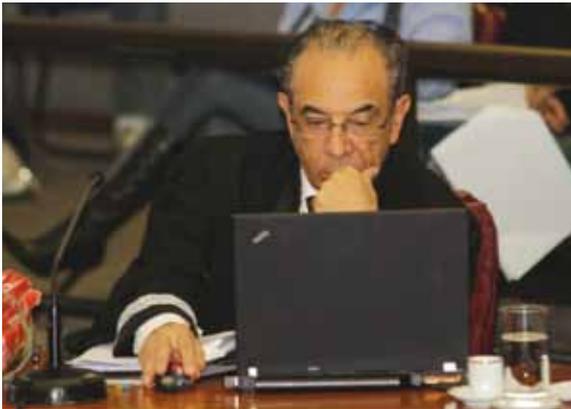
Aprimorou suas atividades, participando de vários encontros e seminários e promovendo outros, em que se destaca o

seminário *Controle Interno e Externo – Transparência e Responsabilidade na Gestão Pública*, organizado pela Escola de Contas. O evento, que contou com a presença da ilustre Ministra do Supremo Tribunal Federal, Carmem Lúcia Antunes Rocha, destacou a importância da participação do cidadão na administração e aplicação dos recursos públicos.

O Parecer Prévio sobre as Contas do Governo mineiro, exercício de 2010 – de relatoria do Conselheiro Corregedor Sebastião Helvecio, emitido pelo Tribunal Pleno em Sessão de 08/07/2011 – tornou-se um exemplo da nova visão institucional, pois extrapolou a análise formal de dados para abarcar resultados práticos cuja repercussão foi positiva para os cidadãos mineiros.

Após minuciosa análise do perfil da dívida do Estado de Minas Gerais, o Tribunal recomendou a sua reestruturação em relação à Cemig (Companhia Energética de Minas Gerais) e a troca do indexador da dívida de Minas com a União.

A seriedade do trabalho desenvolvido pelo Tribunal de Contas rendeu o reconhecimento da sociedade. O estudo intitulado *Controle de Resultados: a experiência do TCEMG pela melhoria da gestão pública e da accountability democrática* – desenvolvido pelo Conselheiro Sebastião Helvecio, durante o exame do Balanço-Geral do Estado – foi selecionado como experiência relevante na Administração Pública brasileira para compor o painel *Novas ideias e práticas na fronteira da governança*, exposto no XVI Congresso Internacional – CLAD. Esse conceituado evento internacional, sobre a Reforma do Estado e da Administração Pública, foi realizado no mês de novembro, em Assunção, no Paraguai.



Conselheiro Dr. Sebastião Helvecio Ramos de Castro

Outro destaque foi a escolha do Conselheiro Corregedor Sebastião Helvecio para representar o TCEMG no Comitê Executivo Estadual de Minas Gerais, que compõe o Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde. Instituído pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, em 06/04/2010, tem a finalidade de estudar e propor medidas para melhorar procedimentos, aperfeiçoando os serviços de saúde e reduzindo a judicialização dessas demandas.

Além disso, registram-se, no período, os acordos de cooperação técnica realizados entre o TCEMG e o Tribunal de Contas da União, bem como com o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, os quais possibilitaram importantes ações conjuntas em municípios mineiros para o aprimoramento dos instrumentos de fiscalização.

Importante destacar, também, a Lei Complementar n. 120/11, sancionada em 15/12/2011, que dispõe sobre o Termo de Ajustamento de Gestão, o instituto da Prescrição e da Decadência no âmbito do TCEMG, além de aumentar a composição do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.

De grande relevância no ano de 2011 foram as posses do ex-Deputado Estadual Mauri José Torres Duarte como Conselheiro do

Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e dos novos Procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, Elke Andrade Soares de Moura Silva, Marcílio Barenco Corrêa de Mello e Cristina Andrade Melo.



Conselheiro Dr. Mauri José Torres Duarte



Procuradora Dra. Elke Andrade Soares de Moura Silva



Procurador Dr. Marcílio Barenco Corrêa de Mello



Procuradora Dra. Cristina Andrade Melo

Dentre as ações de modernização do Tribunal, ressalta-se a aprovação pelo Comitê de Validação Tecnológica, do Sistema de Fiscalização de Atos de Pessoal – FISCAP, desenvolvido para a fiscalização de atos de pessoal sujeitos a registro, com o intuito de desburocratizar e agilizar os procedimentos afetos à fiscalização dos atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão.

Por último, destaca-se a autuação de 24.025 processos, dos quais 80% do total aproximadamente são processos de aposentadoria e pensão.

No mesmo período, 18.947 processos foram examinados pelas Diretorias Técnicas de Controle Externo, tendo sido realizadas 52 inspeções e auditorias.

Realizaram-se 106 sessões de julgamento, em que 11.000 processos foram deliberados, dentre os quais 1.924 pareceres prévios emitidos, 60 consultas respondidas, 192 recursos julgados, além de suspensos 29 editais de concursos públicos e 160 procedimentos licitatórios.

Foram aplicadas multas no valor aproximado de R\$1,3 milhão e determinados ressarcimentos ao erário no valor de R\$839,5 mil; emitidas 1.023 intimações aos gestores das decisões do Tribunal, sendo que 419 certidões de débito foram encaminhadas ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas para medidas legais cabíveis.

Essas ações, dentre outras, evidenciam o fortalecimento institucional do Tribunal de Contas de Minas Gerais em 2011, situando-o como agente construtor de um novo modelo de Administração Pública, calcado no controle social, na eficiência e na transparência de suas ações.

Identidade Organizacional

Para expressar com propriedade os fundamentos relevantes para a sua atuação, bem como melhor exercer suas atribuições constitucionais e legais, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG estabeleceu sua identidade organizacional, referendada no Plano Estratégico 2010 – 2014, cuja finalidade é traduzir o que se entende como ideal para conferir personalidade à instituição, representada nos conceitos de missão, visão e valores, conforme se apresenta a seguir.

Missão |

Exercer o controle externo da gestão dos recursos públicos de forma eficiente, eficaz e efetiva, em benefício da sociedade.

Visão |

Ser Instituição de referência na garantia do direito da sociedade à regular e efetiva gestão dos recursos públicos.

Valores |

Ética; Justiça; Efetividade; Transparência e Compromisso Social.



SUMÁRIO

Resumo das atividades desenvolvidas no exercício de 2011.....	17
1. Processos autuados.....	18
2. Processos distribuídos e redistribuídos aos Relatores.....	18
3. Atividades de Controle Externo.....	19
3.1 Contas do Governo de Minas.....	24
3.2 Contas dos Municípios mineiros.....	28
3.3 Lei de Responsabilidade Fiscal.....	30
3.4 Política Suricato - Fiscalização Integrada.....	30
3.5 Projeto Auditar.....	31
3.6 Projeto Otimizar.....	32
3.7 Copa das Confederações de 2013 e Copa do Mundo de Futebol de 2014.....	32
3.8 Ouvidoria.....	33
3.9 Parcerias Público-Privadas - PPPs.....	33
3.10 Engenharia e Perícia.....	33
3.11 Auditoria Operacional.....	34
3.12 Fiscalização de Projetos Financiados por Organismos Internacionais.....	35
3.13 Processos examinados pelas Diretorias de Controle Externo.....	35
3.14 Inspeções e auditorias realizadas.....	36
4. Citações e Intimações.....	40
5. Processos deliberados.....	40
5.1 Órgãos deliberativos.....	40
5.2 Das sessões realizadas e dos processos deliberados.....	41
6. Sanções.....	43
7. Ações e processos em destaque.....	47
7.1 Aposentadorias, Reformas e Pensões.....	47
7.2 Prestações de Contas do Executivo Municipal.....	48
7.3 Consultas respondidas.....	48
7.4 Exame prévio de Instrumento Convocatório de Licitação.....	53
7.5 Exame prévio de Edital de Concurso Público.....	76
7.6 Recursos julgados.....	79
8. Divulgação Institucional.....	79

9. Ações de Capacitação	85
10. Gestão de Pessoas	97
11. Execução orçamentária, por grupo de despesa.....	98
12. Movimentação Processual	99



RESUMO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO DE 2011

Processos autuados	24.025
Processos distribuídos e redistribuídos aos Relatores Conselheiros	47.489
Processos distribuídos e redistribuídos aos Relatores Auditores	15.796
Processos examinados pelas Diretorias Técnicas de Controle Externo	18.947
Inspeções /Auditorias realizadas	52
Citações e Intimações	15.756
Sessões realizadas	106
Processos deliberados	11.000
Multas aplicadas	R\$1,3 milhão
Ressarcimentos ao erário determinados	R\$839,5 mil
Gestores intimados da decisão e para pagamento de Multa e Ressarcimento ao erário	1.023
Certidões de Débito encaminhadas ao Ministério Público junto ao TCEMG para medidas legais cabíveis	419
Registros de Atos/Títulos – Aposentadorias, Reformas e Pensões	5.770
Pareceres Prévios emitidos	1.924
Consultas respondidas	60
Concursos Públicos suspensos	29
Licitações suspensas	160
Recursos envolvidos nas licitações suspensas	R\$440,2 milhões
Recursos julgados	192
Alertas administrativos emitidos	439

Fonte: Pautas e Atas das Sessões, publicações no DOC e SGAP

1. PROCESSOS AUTUADOS

No período de janeiro a dezembro de 2011, foram autuados 24.025 processos. O quadro seguinte destaca as naturezas de processos que ocorreram em maior número de autuação neste exercício.

NATUREZA	TOTAL
Aposentadoria	17.105
Pensão	2.075
Prestação de Contas do Executivo Municipal	855
Prestação de Contas do Legislativo Municipal	852
Complemento de Proventos de Aposentadoria	403
Outras	2.735
TOTAL	24.025

Fonte: SGAP

2. PROCESSOS DISTRIBUÍDOS E REDISTRIBUÍDOS AOS RELATORES

Foram distribuídos e redistribuídos 63.285 processos aos Relatores Conselheiros e Auditores, conforme discriminado na tabela abaixo.

PROCESSOS DISTRIBUÍDOS E REDISTRIBUÍDOS AOS RELATORES - CONSELHEIROS E AUDITORES

NATUREZA	CONSELHEIROS	AUDITORES	TOTAL
Aposentadoria	22.459	9.708	32.167
Prestação de Contas Municipal	4.641	2.169	6.810
Pensão	4.501	250	4.751
Processo Administrativo	3.410	889	4.299
Prestação de Contas do Executivo Municipal	1.042	430	1.472
Outras	11.436	2.350	13.786
TOTAL	47.489	15.796	63.285

Fonte: SGAP

■ 3. ATIVIDADES DO CONTROLE EXTERNO

Para o ano de 2011, o Tribunal definiu sete projetos finalísticos prioritários, visando alcançar mais efetividade das ações de controle externo, conferir maior celeridade à tramitação e racionalizar a geração de processos. O procedimento foi normatizado pela Portaria Presidencial n. 82/2011, publicada no Diário Oficial de Contas no dia 18 de maio:

- Projeto *Contas*, para redesenhar procedimentos pertinentes à análise das contas anuais de gestão e de governo;
- Projeto *Auditar*, para redesenhar procedimentos de auditoria de conformidade, operacional ou financeira;
- Projeto *Fiscalização dos Atos de Pessoal*, para aprimorar procedimentos de fiscalização dos atos de pessoal;
- Projeto *Otimizar*, para implementar procedimentos de racionalização da análise e da deliberação dos processos em tramitação;
- Projeto *Copa 2014*, para estabelecer e implementar procedimentos de acompanhamento da gestão dos recursos públicos aplicados nas ações de fiscalização relativas à Copa do Mundo de Futebol de 2014;
- Política *Suricato*, para institucionalizar procedimentos que assegurem o aproveitamento das informações pertinentes à fiscalização integrada da gestão dos recursos públicos, de forma sistematizada, conferindo mais efetividade ao controle externo; e
- Projeto *Ouvidoria*, para institucionalizar procedimentos que visem à promoção da coparticipação da sociedade na missão de controlar a Administração Pública, bem como ao fortalecimento da comunicação entre este Tribunal e o cidadão.

Foram estabelecidas metas quantitativas e qualitativas referentes às atividades de controle externo, para fortalecer os controles

prévios e concomitantes, considerando-se os critérios de materialidade, relevância e risco, bem como a análise da relação entre o custo e o benefício da fiscalização.

A Diretoria de Controle Externo do Estado – DCEE, instituiu um projeto piloto de controle de qualidade, com inspiração no Procedimento de Revisão entre Pares preconizado pela Organização Internacional de Entidades Fiscalizadas Superiores – INTOSAI, buscando a melhoria das atividades de controle externo, por meio do aperfeiçoamento dos relatórios técnicos.

No período, destaca-se a primeira ação integrada de controle, com a participação do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, no município de Pirapora, visando à apuração de possíveis irregularidades, nos moldes do Termo de Cooperação Técnica, celebrado entre o TCEMG e o Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

No mês de outubro, foi realizada auditoria conjunta entre o TCU e o TCEMG – conforme Acordo de Cooperação Técnica celebrado em novembro de 2009 – nos Municípios de Minas Novas, Governador Valadares e Teófilo Otoni, na área do transporte escolar, tratando de verificação de procedimentos referentes a licitações, pagamentos, condições dos veículos e dos motoristas, rotas percorridas, dentre outros aspectos relacionados em matriz própria.

Em fase de preparação, nos dias 04 e 05/10/2011, servidores do TCEMG participaram de *workshop* realizado no Tribunal de Contas da União, em Brasília, para discutir com a coordenação nacional desse trabalho a matriz de planejamento da auditoria. Participaram do evento equipes de todo Brasil, tendo em vista tratar-se de matéria de competência dos três níveis de governo.

A oportunidade foi de interação e permitiu aos servidores do TCEMG o acesso a ferramentas operacionais do TCU, como o *Fiscalis Execução*, e aos servidores do TCU conhecer a forma de trabalho do Tribunal de Contas mineiro.

A seleção das cidades mineiras decorreu da análise do número de alunos matriculados no ensino básico nas respectivas áreas rurais.

Importante ressaltar também a Lei Complementar n. 120/11, sancionada em 15/12/2011, que trata do Termo de Ajustamento de Gestão, do instituto da Prescrição e da Decadência no âmbito do TCEMG, além de aumentar a composição do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas para sete procuradores.

A referida lei complementar permitirá que a Corte Mineira formalize ajustes com os entes fiscalizados para sanar irregularidades e suspender punições, nos casos em que não for comprovada a má-fé e não houver dano ao erário.

Outro destaque foi a participação do TCEMG no *Encontro de Coordenadores dos Grupos Temáticos Nacionais do PROMOEX* – Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados e Municípios Brasileiros, ocorrido no dia 28 de junho em Brasília, para avaliação dos trabalhos desenvolvidos pelos Tribunais de Contas brasileiros, exposição de projetos em ação e tomada de iniciativas para o ano de 2011.

O Grupo da Lei de Responsabilidade Fiscal, coordenado pelo servidor do TCEMG Márcio Ferreira Kelles, apresentou a harmonização de conceitos referentes a 27 dos 28 mais importantes pontos de controle da LRF.

Por sua vez, o Grupo de Planejamento Organizacional, coordenado pela servidora do TCEMG Maria José Mourão, registrou a implantação de planejamento estratégico na quase totalidade dos Tribunais de Contas brasileiros, além do uso de importante ferramenta para monitoramento da sua execução, o *software Channel*, já instalado em 16 dos 25 órgãos que aderiram ao projeto de adoção desse sistema.

Evento importante foi o *II Encontro Técnico de Nível Nacional do Grupo de Contas*, sediado em Belo Horizonte, na Escola de Administração Fazendária – ESAF, no mês de setembro, sobre o tema *Contas de Governo e Contas de Gestão/Responsabilidade e Responsabilização*, o qual reuniu membros e técnicos de Tribunais de Contas, além de analistas de contas anuais.



Arquivo TCEMG

A realização do evento foi de responsabilidade de equipe formada por servidores de Tribunais de Contas brasileiros.

Nesse encontro desenvolveram-se três painéis sobre os temas *O Processo no Âmbito dos Tribunais de Contas: Julgamento de Contas e Parecer Prévio*, *Contas de Gestão e Contas de Governo*. As palestras *A Experiência no TCM/CE no STF e Contas Anuais como Procedimento de Controle: Tendências e Perspectivas a partir da Lei Complementar n. 102/08 – Lei*

Orgânica do TCEMG, foram ministradas pelos professores Luciano de Araújo Ferraz, Márcio Bessa e Heloisa Helena Nascimento Rocha, servidora do TCEMG.

Também foi realizada dinâmica de grupo em que cada uma das quatro equipes trabalhou com um tema diferente: *Contas anuais globais - parecer prévio, Contas de gestão, Contas anuais dos chefes dos poderes Legislativo, Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública e Gestão fiscal, matéria de contas?*

Registra-se, ainda, no período de 2011, o Termo de Cooperação Técnica assinado entre o Tribunal de Contas de Minas Gerais e o Ministério Público do Estado, que possibilitará celeridade no fornecimento de documentos, dados e informações entre os órgãos.

Ressalta-se, ainda, a aprovação das seguintes instruções normativas, resoluções e decisões normativas, disciplinadoras dos atos de fiscalização exercidos pelo Tribunal de Contas.

INSTRUÇÕES NORMATIVAS

IN. n. 01/11 (Diário Oficial de Contas de 01.04.2011)	Altera o artigo 6º da IN TC n. 19/2008, que contém normas a serem observadas pelo Estado e pelos Municípios para assegurar a aplicação dos recursos mínimos destinados ao financiamento das ações e serviços públicos de saúde
IN. n. 02/11 (Diário Oficial de Contas de 06.04.2011)	Estabelece normas acerca do controle exercido pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais sobre os recursos públicos do Estado de Minas Gerais e da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte destinados à organização e à realização da Copa das Confederações FIFA 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014
IN. n. 03/11 (Diário Oficial de Contas de 05.05.2011)	Dispõe sobre a fiscalização dos atos concessórios de aposentadoria, reforma e pensão, bem como dos atos de complementação e de cancelamento, dos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Estado e dos Municípios
IN. n. 04/11 (Diário Oficial de Contas de 18.05.2011)	Altera disposições da IN TC n. 02/10, que estabelece normas de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, na administração direta e indireta do Estado de Minas Gerais, e de remessa de informações por meio do Sistema de Licitações, Contratos, Convênios, Adiantamentos e Prestações de Contas (SICOP)
IN. n. 05/11 (Diário Oficial de Contas de 27.06.2011)	Dispõe sobre a padronização dos códigos de receita, despesa, fonte e destinação de recursos para fins de prestação de contas, controle e acompanhamento da execução orçamentária e financeira municipal
IN. n. 06/11 (Diário Oficial de Contas de 08.07.2011)	Dispõe sobre os procedimentos relativos à contratação de empreendimentos de parcerias público-privadas a serem fiscalizados pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais na administração pública estadual e municipal

INSTRUÇÕES NORMATIVAS

<p>IN. n. 08/11 <i>(Diário Oficial de Contas de 20.12.2011)</i></p>	<p>Altera a redação do artigo 3º da IN TC n. 19/08, que contém normas a serem observadas pelo Estado e pelos Municípios para assegurar a aplicação dos recursos mínimos destinados ao financiamento das ações e serviços públicos de saúde</p>
<p>IN. n. 09/11 <i>(Diário Oficial de Contas de 20.12.2011)</i></p>	<p>Acrescenta dispositivos à IN TC n. 13/08, que disciplina a aplicação de recursos com a manutenção e desenvolvimento do ensino a ser observada pelo Estado e pelos Municípios</p>
<p>IN. n. 10/11 <i>(Diário Oficial de Contas de 16.12.2011)</i></p>	<p>Dispõe sobre a remessa, pelos Municípios, dos instrumentos de planejamento e das informações relativas à execução orçamentária e financeira por meio do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios - SICOM</p>
<p>IN. n. 11/11 <i>(Diário Oficial de Contas de 16/12/2011) - (Retificação no Diário Oficial de Contas de 20/01/2011)</i></p>	<p>Modifica o § 1º do art. 2º e o art. 14 da IN TC n. 03/11, que dispõe sobre a fiscalização dos atos concessórios de aposentadoria, reforma e pensão, bem como dos atos de complementação e de cancelamento, dos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Estado e dos Municípios</p>
<p>IN. n. 12/11 <i>(Diário Oficial de Contas de 20.12.2011)</i></p>	<p>Disciplina a organização e a apresentação das contas de governo anualmente prestadas pelo chefe do Poder Executivo Municipal, para fins de emissão do parecer prévio</p>
<p>IN. n. 13/11 <i>(Diário Oficial de Contas de 20.12.2011)</i></p>	<p>Disciplina a organização e a apresentação das contas de governo anualmente prestadas pelo chefe do Poder Executivo Estadual, para fins de emissão de parecer prévio, bem como a remessa dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária pelo chefe do Poder Executivo e dos Relatórios de Gestão Fiscal pelos chefes dos Poderes e do Ministério Público, para fins de acompanhamento</p>
<p>IN. n. 14/11 <i>(Diário Oficial de Contas de 20.12.2011)</i></p>	<p>Disciplina a organização e a apresentação das contas anuais dos administradores e demais responsáveis por unidades jurisdicionadas das administrações direta e indireta estadual e municipal, para fins de julgamento.</p>
<p>IN. n. 15/11 <i>(Diário Oficial de Contas de 16/12/2011) - (Retificação no Diário Oficial de Contas de 19/12/2011)</i></p>	<p>Modifica o art. 1º e o art. 2º da IN TC n. 05/11, que dispõe sobre a padronização dos códigos de receita, despesa, fonte e destinação de recursos para fins de prestação de contas, controle e acompanhamento da execução orçamentária e financeira municipal</p>

RESOLUÇÕES

Resolução n. 01/11 (Diário Oficial de Contas de 11/03/2011) – (Retificações no Diário Oficial de Contas em 23/02/2011 e 28/02/2011)	Altera o procedimento a ser obedecido na tramitação das consultas previsto nos artigos 212, 213 e 214, bem como o disposto no inciso V do art. 54 da Resolução n. 12/08; e acrescenta os incisos VIII e IX ao artigo 3º da Resolução n. 03/09
Resolução n. 05/11 (Diário Oficial de Contas, de 05/05/2011)	Altera o art. 257 da Resolução n. 12/08 e dá outras providências acerca da fiscalização dos atos de concessão de aposentadoria, reforma, pensão, complementação de proventos de aposentadoria e de pensão, bem como do cancelamento de ato concessório, dentre outros procedimentos de fiscalização, por meio do exame de documentos e de informações enviados eletronicamente pelo Sistema Informatizado de Fiscalização de Atos de Pessoal – FISCAP
Resolução n. 07/11 (Diário Oficial de Contas, de 19/05/2011)	Aprova a implantação do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios – SICOM
Resolução n. 09/11 (Diário Oficial de Contas, de 17/06/2011)	Institui o Comitê de Validação Tecnológica, para verificação e aprimoramento de sistemas informatizados de controle externo, desenvolvidos pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências
Resolução n. 10/11 (Diário Oficial de Contas, de 05/07/2011)	Dispõe sobre a política de fiscalização integrada no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências
Resolução n. 11/11 (Diário Oficial de Contas, de 05/07/2011)	Dispõe sobre as atribuições da Comissão Permanente de Fiscalização Integrada no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais
Resolução n. 12/11 (Diário Oficial de Contas, de 14/07/2011)	Altera os artigos 3º, 73, 75, o § 1º do art. 77 e o Anexo 1, confere nova redação ao inciso XI do art. 135, renumera para inciso XII a redação original do inciso XI do art. 135 e acrescenta o parágrafo único ao art. 145 da Resolução n. 06/11, que dispõe sobre a estrutura organizacional e as competências das unidades dos Serviços Auxiliares e da Escola de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais
Resolução n. 15/11 (Diário Oficial de Contas, de 14/10/2011)	Institui o Programa de Modernização dos Arquivos do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais
Resolução n. 16/2011 (Diário Oficial de Contas, de 14/10/2011)	Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados em auditoria operacional realizada pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais
Resolução n. 22/2011 (Diário Oficial de Contas, de 14/12/2011)	Modifica o art. 10 da Resolução n. 10/10, que dispõe sobre a implantação e a regulamentação do Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e altera a Resolução n. 12/08

DECISÕES NORMATIVAS

Decisão Normativa n. 002/2011 (<i>Diário Oficial de Contas, de 06/05/2011</i>)	Disciplina regra de transição para a tramitação dos processos de consulta protocolizados em período anterior ao da vigência da Resolução n. 01/11
Decisão Normativa n. 003/2011 (<i>Diário Oficial de Contas, de 20.12.2011</i>)	Define as unidades jurisdicionadas da administração pública direta e indireta estadual, cujos responsáveis deverão apresentar contas anuais relativas ao exercício de 2011, para fins de julgamento
Decisão Normativa n. 004/2011 (<i>Diário Oficial de Contas, de 20.12.2011</i>)	Define as unidades jurisdicionadas da administração pública direta e indireta municipal, cujos responsáveis deverão apresentar contas anuais relativas ao exercício de 2011, para fins de julgamento

A nova sistemática da prestação de contas anuais de gestão e de governo, instituída pelas Instruções Normativas n. 12, 13 e 14, de 2011, e pelas Decisões Normativas n. 03 e 04 do mesmo ano – resultado dos estudos desenvolvidos pelo Projeto Contas, instituído pela Portaria n. 82/2011 – visa conferir mais efetividade às ações de controle a partir da adoção de critérios de seleção de matérias e instrumentos de fiscalização.

Neste sentido, aponta-se a seleção anual dos responsáveis que irão encaminhar as contas anuais de gestão, para julgamento. No modelo anterior, todos os gestores faziam a remessa; no novo sistema, apenas as contas de governo dos chefes do Poder Executivo continuarão com a remessa obrigatória ao Tribunal.

O TCEMG definirá, anualmente, em decisão normativa, as unidades jurisdicionadas cujos responsáveis terão os processos de contas anuais constituídos para fins de julgamento, bem como o conteúdo e a forma das peças que irão compor o processo e os prazos de apresentação.

As contas anuais não selecionadas devem permanecer organizadas nos órgãos

e entidades jurisdicionados, pois o Tribunal poderá requisitá-las para subsidiar a análise de outros processos ou para a realização de ações de fiscalização, como auditorias, inspeções e exame de denúncias.

■ 3.1 Contas do Governo de Minas

O Conselheiro Sebastião Helvecio foi o Relator das contas de 2010 do Governo de Minas, tendo como Revisor o Conselheiro Wanderley Ávila e como Auditor, Gilberto Diniz.

O Tribunal recebeu, no 2º trimestre de 2011, o Balanço Geral do Estado referente ao exercício de 2010.



Arquivo TCEMG

Nova forma de trabalho para subsidiar a relatoria das Contas do Governo de Minas foi apresentada no ano de 2011; optou-se por reuniões periódicas com os responsáveis e técnicos das unidades estaduais, nas quais muitos procedimentos foram justificados ou adequados à legislação, evitando possíveis prejuízos ao Estado de Minas Gerais, não tendo sido excluído o caráter de oficialidade da fiscalização.

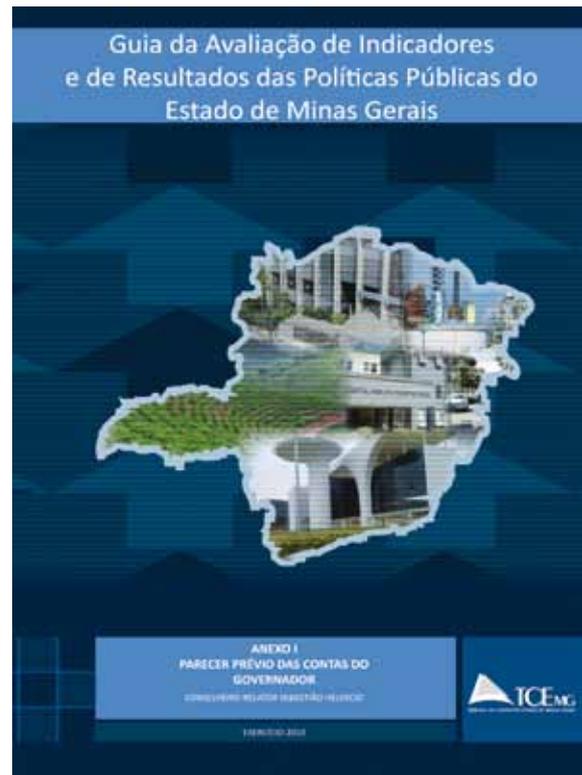
A aprovação das referidas contas pelo Tribunal se deu em Sessão Plenária de 08/07/2011.



Arquivo TCEMG

Também o parecer prévio das contas governamentais ganhou novo formato gráfico, baseado em estudos desenvolvidos pela Diretoria de Controle Externo do Estado sobre o perfil da dívida mineira, os quais, extrapolando a análise formal dos dados, aprofundaram-se em resultados práticos que repercutem no cotidiano dos cidadãos mineiros.

O estudo, inédito no país, procedeu à análise crítica de 45 indicadores previstos no Caderno de Indicadores do Governo de Minas – que é parte do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI, responsável pela projeção do Estado de Minas para os próximos 23 anos – e desenvolveu outros 46 indicadores para avaliação das políticas públicas estaduais, num total de 91 indicadores avaliados.



Arquivo TCEMG

O Guia de Avaliação de Políticas Públicas – elaborado durante o período de acompanhamento e relatoria das Contas do Governo de 2010, constante do Anexo I do referido Parecer Prévio – “depois de aprovado, será instrumento norteador para as apreciações das contas governamentais daqui para frente”, nas palavras do Conselheiro Relator Sebastião Helvecio.

Constatou-se que a dívida fundada ou consolidada do Estado, em dezembro de 2010, totalizava R\$70,031 bilhões, com crescimento de 14,75% relativamente a 2009. A dívida por contratos da administração direta representava R\$64,476 bilhões, sendo que R\$54,739 bilhões (84,9%) correspondentes ao saldo da dívida renegociada com a União; R\$5,070 bilhões (7,86%), à dívida com a Cemig e R\$4.665 bilhões (7,24%), às demais.

Em conformidade com o instrumento de renegociação da dívida com a União, cele-

brado em 1998, aderidas as regras determinadas na Lei n. 9496/97, na hipótese de insuficiência dos pagamentos, o resíduo (encargos não pagos) seria incorporado diretamente ao estoque da dívida para ser refinanciado de 2028 até 2038 com a sua liquidação.

Com o objetivo de demonstrar a real situação da dívida do Estado em relação às receitas, o Tribunal apresentou prognósticos, a longo prazo, considerando a variação do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), no período de 1998-2010; a variação do deflator implícito do PIB de Minas Gerais no mesmo período; a taxa de crescimento real da economia mineira no período 1996-2010; e a relação entre a RLR e o PIB no período 1999-2000.

O trabalho técnico desenvolvido durante a relatoria das Contas do Estado de 2010 recomendou a substituição do indexador da dívida IGP-DI pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), refletindo na proposta do Governo de Minas, feita ao Conselho de Política Fazendária – CONFAZ, de limitar o referido indexador ao custo da dívida da União, já que a taxa Selic empregada pelo governo federal foi de 9,5% no ano passado e a correção da dívida de Minas foi de quase 20%: 7,5% de juros mais 11,3% IGP-DI.

A troca dos indexadores resultaria em redução de cerca de R\$42 bilhões no estoque da dívida com a União, até o ano de 2028, o que corresponde a um ganho aproximado de 70%, constituindo uma solução para que a dívida de Minas Gerais com a União não comprometesse 38,7% da Receita Líquida Real – RLR daqui a 17 anos.

Importante ressaltar que o mencionado estudo feito por este Tribunal valeu-se de consultoria contratada especificamente para esse fim e de parceria com a Fundação Dom Cabral

para o desenvolvimento de novas formas de controle dos recursos públicos e avaliação do alcance das políticas públicas.

Sobre o assunto, a revista eletrônica *Veja.com*, em reportagem de 01/09/2011, veiculou que “a presidente Dilma Rousseff afirmou hoje, em entrevista às rádios Itatiaia e Congonhas, de Minas Gerais, que o governo federal está disposto a renegociar as dívidas dos Estados com a União desde que os novos acordos não firam a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). (...) No caso de Minas Gerais, há a disposição por parte do governo federal de conceder novos limites e olhar, inclusive, a reestruturação da dívida do Estado em relação à Cemig (Companhia Energética de Minas Gerais). Minas tinha em dezembro último, segundo parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado (TCEMG), dívida de R\$54,7 bilhões com a União e de R\$5 bilhões com a empresa”.

Em Sessão de 21/09/2011, o Tribunal Pleno deliberou pelo envio do estudo sobre a dívida do Estado de Minas Gerais para o Tribunal de Contas da União, Senado Federal e Câmara dos Deputados. Conforme informou o Conselheiro Sebastião Helvecio, “em recente visita ao Tribunal de Contas da União, manifestou aquele órgão interesse em conhecer o trabalho acerca da dívida do Estado de Minas Gerais desenvolvido por esta Corte de Contas, no âmbito do Parecer Prévio das Contas Governamentais de 2010”.

As recomendações feitas pelo TCEMG proporcionam ao Estado de Minas Gerais renegociar sua dívida com a Cemig, com possibilidade de economia da ordem de R\$1,75 bilhão, representando um desconto em torno de 35% à época da emissão do parecer prévio.

Tal medida foi aprovada no Projeto de Lei n. 2700, de 30/11/11, que autoriza o Po-

Arquivo TCEMG



der Executivo a realizar operações de crédito com o BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, o Banco Credit Suisse e a Agência Francesa de Desenvolvimento, num total de US\$1.750.000,00 e €300.000.000,00, equivalentes, em 13/12/2011, a R\$3.949.105.000,00, destinados à reestruturação da dívida, cessão de crédito – CRC, com a Cemig.

O Estado substituirá, assim, uma dívida de aproximadamente R\$5 bilhões – com juros reais de 8,18% ao ano, mais o IGP-DI – por outra de, aproximadamente, R\$3,5 bilhões, com juros reais de 4,62% ao ano. Além disso, a substituição de dívida interna por dívida externa muda o indexador de IGP – DI para variação cambial, o que, ultimamente, tem se mostrado favorável no cenário econômico.

O Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, Deputado Dinis Pinheiro, anunciou, no dia 07 de novembro, a autoridades estaduais, a instalação de comissão especial para debater a renegociação da dívida de Minas com a União.

Arquivo TCEMG



A propósito, no final de setembro de 2011, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprovou projeto alterando o indexador da dívida dos Estados e do Distrito Federal com a União, visando reduzir o percentual de correção.

Encontram-se disponíveis no Portal do TCE, no módulo Fiscalizando com o TCE, <www.tce.mg.gov.br>, a íntegra do voto do Conselheiro Relator, dos pareceres da Auditoria e do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, o relatório técnico, bem como o Guia de Avaliação de Indicadores e de Resultados das Políticas Públicas do Estado de Minas Gerais.

O estudo intitulado *Controle de Resultados: a experiência do TCEMG pela melhoria da gestão pública e da accountability democrática*, de autoria do Conselheiro Sebastião Helvecio, foi selecionado para compor o painel *Novas ideias e práticas na fronteira da governança*, no XVI Congresso Internacional – CLAD, conceituado evento internacional sobre a reforma do Estado e da Administração Pública, realizado no mês de novembro, em Assunção, Paraguai.

O Comitê Organizador do CLAD considerou a análise das contas governamentais de 2010, no tocante às ações de controle de resultados de arranjos de governança, determinante para a promoção do crescimento sustentável do Brasil.



Arquivo TCEMG

Destaca-se, ainda, no mês de dezembro de 2011, evento realizado pelo Conselheiro Ouvidor Cláudio Terrão, Relator das Contas do Governo, exercício 2011, acerca do Plano de Arrecadação Estadual de Minas Gerais.

O Secretário da Fazenda, Leonardo Maurício Colombini Lima, participou da abertura do evento e salientou que o trabalho conjunto feito pela Secretaria da Fazenda e o TCEMG tem melhorado o controle financeiro do Estado: “a parceria tem sido muito saudável, tanto para o governo quanto para o TCEMG, que, recebendo nossas informações, pode cumprir sua função de analisar o balanço financeiro do Estado”.

Para análise das contas do Governo de Minas Gerais, exercício 2012, foram eleitos, na Sessão de 14/12/2011, o Relator Conselheiro Mauri Torres e o Revisor Conselheiro Eduardo Carone Costa, com a atuação do Auditor Licurgo Mourão.



Arquivo TCEMG

3.2 Contas dos Municípios mineiros

Do total de 853 (oitocentos e cinquenta e três) municípios, o SIACE – Sistema Informatizado de Apoio ao Controle Externo registrou o recebimento de 850 prestações de contas,

no primeiro trimestre de 2011, encaminhadas pelos chefes dos Executivos Municipais, no prazo legal, ou seja, até as 24 horas do dia 31/03/2011, nos termos da Instrução Normativa TCEMG n. 08/2008.

No mesmo período, em cumprimento à Instrução Normativa TCEMG n. 09/2008, registrou-se o recebimento tempestivo de 428 (quatrocentas e vinte e oito) prestações de contas do exercício de 2010 das 432 (quatrocentas e trinta e duas) entidades das administrações indiretas municipais cadastradas no banco de dados do SIACE.

O SICAM – Sistema Informatizado de Contas para Câmaras Municipais registrou o recebimento tempestivo, de janeiro a março de 2011, de 848 (oitocentas e quarenta e oito) prestações de contas do exercício de 2010, do total de 853 municípios, encaminhadas no prazo legal pelos presidentes dos Poderes Legislativos, em consonância com as determinações contidas na Instrução Normativa n. 10/2008.

Findo o prazo constitucional para entrega das prestações de contas de 2010, em 31 de março, o Tribunal de Contas, em Sessão Plenária de 13/04/2011, multou por intempestividade na entrega das contas os prefeitos de Verdelândia, Monte Azul e Monte Formoso, por descumprimento ao disposto na Instrução Normativa TCEMG n. 08/2008.

Foram multados por desatendimento ao disposto na Instrução Normativa TCEMG n. 09/2008, vez que se encontravam inadimplentes até a data da referida sessão plenária, os presidentes das Câmaras Municipais de Arinos e São Sebastião da Vargem Alegre, assim como os legislativos de Taparuba, Uruana de Minas e Barra Longa.

Os gestores do Sistema Municipal de Previdência e Assistência ao Servidor de Barbacena, da Fundação Municipal de Assistência à Saúde do Município de São João da Ponte e do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião de Viçosa foram multados por descumprimento ao disposto na IN TC n. 10/2008.

Também os chefes do Executivo dos respectivos municípios assim como os presidentes das Câmaras Municipais foram multados pelo envio intempestivo das prestações de contas do exercício de 2010 em R\$4.000,00 (quatro mil reais) cada um, totalizando em R\$44.000,00 (quarenta e quatro mil reais); e devido à falta de remessa das prestações de contas até 31/03/2011, em R\$16.000,00 (dezesesseis mil reais).

Relativamente ao Município de Verdelândia, que permanecia inadimplente na data da Sessão Plenária de 13/04/2011, foi determinado o bloqueio das transferências de fundos federais.

O Tribunal decidiu, ainda, pela instauração de tomadas de contas junto aos gestores inadimplentes.

No ano de 2011, o TCEMG priorizou a análise e instrução dos processos de prestações de contas do exercício de 2010 apresentadas pelos prefeitos. Desta forma, destacam-se os trabalhos desenvolvidos pela 1ª Coordenadoria de Fiscalização Municipal, que cumpriu a meta de análise inicial das contas dos 853 municípios de Minas Gerais.

Ressalta-se, ainda, a aprovação, no 2º trimestre de 2011, da Resolução n. 07/2011, que dispõe sobre a implantação do novo Sistema de Controle de Contas Municipais - SICOM, importante ferramenta tecnológica desenvolvida para permitir o acesso simultâneo às

informações enviadas pelos municípios que, atualmente, enviam suas prestações de contas mediante relatórios periódicos da Lei de Responsabilidade Fiscal e das prestações de contas anuais. O novo programa vai substituir, paulatinamente, alguns dos atuais sistemas informatizados de recebimento de informações como os de prestação de contas do Poder Executivo (SIACE-PCA e SIACE-LRF), do Legislativo (SICAM) e o de fiscalização de obras públicas (SISOBRAS).

O TCEMG, ao responder a Consulta n. 837614, de relatoria do Conselheiro Presidente Antônio Carlos Andrada, oriunda da Câmara Municipal de Belo Horizonte, suspendeu a eficácia da Súmula n. 102 desta Casa, que determinava que o Executivo deveria retirar os valores referentes ao FUNDEF e ao FUNDEB antes de fazer o cálculo do percentual a ser repassado aos Legislativos.

Com o novo entendimento, a base de cálculo do repasse de receita para as câmaras municipais deve incluir as parcelas referentes ao antigo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério - FUNDEF e ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, o que, na prática, garantirá aumento de receita, já que o montante sobre o qual o repasse é calculado aumentou, devendo ser realizado sobre a receita tributária “cheia”.

Ao discorrer sobre a legislação pertinente à matéria, o Conselheiro Relator destacou que a norma disposta no artigo 29-A “não tem apenas a função de limitar as despesas realizadas pelo Legislativo Municipal, mas tem também o condão de assegurar a independência financeira das câmaras municipais. Em verdade, o aludido dispositivo constitucional estabelece a base de cálculo a ser utilizada

pelo Executivo para repasse de valores às câmaras municipais”.

A íntegra da resposta à Consulta n. 837614 está disponível no *site* do Tribunal de Contas, <www.tce.mg.gov.br>, no ícone consultas.

O Tribunal de Contas decidiu, no curso do ano de 2011, pela emissão de 439 alertas, objetivando informar, orientar, corrigir e impor sanções programadas a fim de acautelar e resguardar a boa-fé dos gestores.

■ 3.3 Lei de Responsabilidade Fiscal

Nos meses de janeiro a dezembro, foram aplicadas multas no valor total de R\$85.000,00 aos gestores responsáveis, em razão do descumprimento do prazo limite para o envio do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO e do Relatório de Gestão Fiscal - RGF.

■ 3.4 Política Suricato - Fiscalização Integrada



O Suricato, idealizado pelo Gabinete do Conselheiro Sebastião Helvecio, é a institucionalização de uma política de fiscalização integrada voltada para melhor aproveitamento das informações e dos dados disponíveis no Tribunal e em fontes externas, incrementando as ações de controle e respondendo às demandas e às ofertas atuais no que se refere às novas tecnologias de informação e de comunicação.

A principal ferramenta a ser utilizada pela fiscalização integrada é a malha eletrônica de fiscalização, que possibilitará o cruzamento de dados dos sistemas informacionais do Tribunal com os sistemas de organizações parceiras para o controle externo, bem como o intercâmbio de outras informações úteis à fiscalização.

A Comissão Permanente de Fiscalização Integrada, que compõe a estrutura organizacional do Tribunal, vinculada à Secretaria Executiva e criada pela Resolução Delegada n. 001/2011, é a responsável pela implementação e execução das ações de fiscalização integrada.

Dentre as ações do Suricato, em 2011, destaca-se a palestra *Experiência da Receita Federal em Ações de Fiscalização*, proferida pelo Chefe da Divisão de Fiscalização da Secretaria Regional da Receita Federal de Minas Gerais, Dr. Mário José Dehon São Thiago Santiago, neste Tribunal.

Abordaram-se temas como o funcionamento da fiscalização na Receita Federal, a estrutura e as atribuições de cada unidade daquele órgão e procedimentos para uso das informações para fins de fiscalização e malhas



Arquivo TCEMG

eletrônicas de fiscalização.

O Conselheiro Corregedor Sebastião Helvecio e a equipe da Comissão Per-

manente de Fiscalização Integrada, dando prosseguimento às ações da Política Suricato, visitaram, nos dias 29 e 30 de agosto, a Diretoria de Gestão Estratégica, vinculada à Secretaria-Adjunta de Planejamento e Procedimentos do Tribunal de Contas da União e

auditoria de conformidade, operacional ou financeira no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, de acordo com as normas e padrões internacionais voltados para Entidades Fiscalizadoras Superiores.



Arquivo TCEMG

à Coordenação-Geral de Polícia Fazendária/ Divisão de Desvios de Recursos Públicos no Departamento de Polícia Federal.

A visitação permitiu o debate acerca de técnicas de investigação e atividades de inteligência executadas pelas unidades referidas.

■ 3.5 Projeto Auditar

Um dos projetos prioritários para o exercício de 2011, o Projeto Auditar tem o objetivo de redesenhar os procedimentos de



Arquivo TCEMG

Consoante Portaria Presidencial n. 82/2011, o Projeto Auditar implementou, com o apoio da Escola de Contas, o segundo módulo de treinamento sobre a proposta de manual de auditoria do TCEMG, proporcionando além da capacitação de servidores o debate acerca dos procedimentos propostos e contribuindo para o seu aprimoramento.

O treinamento, ocorrido em setembro, foi ministrado pela equipe de consultores da Ernest & Young, com o apoio das Diretorias de Controle Externo do Estado, dos Municípios, de Assuntos Especiais, En-



Arquivo TCEMG

genharia e Perícia e da Superintendência de Apoio ao Controle Externo.

■ 3.6 Projeto Otimizar

A Resolução TCEMG n. 04/2009 instituiu o Projeto de Otimização das ações referentes à análise e processamento das prestações de contas anuais, agilizando o procedimento de pareceres prévios.

Destaca-se, em 2011, a visita técnica ao Tribunal de Contas de Minas de servidores do Tribunal de Contas do Sergipe, a fim de conhecer os trabalhos que culminaram na referida resolução e sua implementação.



Arquivo TCEMG

■ 3.7 Copa das Confederações de 2013 e Copa do Mundo de Futebol de 2014



Divulgação

A Corte de Contas mineira vem realizando auditorias concomitantemente com o desenvolvimento das obras para o mundial de futebol de 2014. A aplicação de recursos está sendo fiscalizada em tempo real. As duas primeiras etapas das obras do Estádio Governador Magalhães Pinto – Mineirão,

cuidaram do reforço estrutural do estádio, demolição do anel inferior das arquibancadas e da geral e rebaixamento do nível do gramado, sendo gastos R\$11,1 milhões.

Três outras auditorias foram realizadas nas obras de demolição e reconstrução do Estádio Raimundo Sampaio – Independência, no valor contratado de R\$60 milhões; construção do viaduto na interseção da Avenida Abraão Caram com a Avenida Antônio Carlos, no valor contratado de R\$34,4 milhões; e o 4º trecho do Boulevard Arrudas, no valor contratado de R\$63,5 milhões.

Para acompanhar o passo a passo dos trabalhos, aprovou-se a Instrução Normativa n. 02/2011, que estabeleceu normas acerca do controle exercido pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais sobre os recursos públicos do Estado de Minas Gerais e da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte destinados à organização e à realização da Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo de Futebol de 2014.

Os recursos aplicados para a realização da Copa de 2014 estão sendo fiscalizados de forma articulada pela Rede de Controle, composta por órgãos públicos de todas as esferas da federação. Em Minas, a parceria entre o governo do Estado e a Prefeitura de Belo Horizonte prevê 54 projetos que englobam infraestrutura, pré-operação e operação da Copa de 2014.

A fim de criar um sistema ágil, seguro e eficaz que possibilite o acompanhamento, controle e fiscalização dos recursos públicos aplicados na organização e realização das competições, o TCEMG disponibilizou em seu Portal, a partir de 15/06/2011, o Fiscopa, sistema informatizado que organiza as informações enviadas pelos Executivos do

Estado e do Município de Belo Horizonte sobre as ações e obras relacionadas às Copas das Confederações/2013 e do Mundo/2014, de acordo com as normas estabelecidas na Instrução Normativa n. 02/2011.

■ 3.8 Ouvidoria

Regulamentada pela Resolução n. 05/2010, em atendimento ao comando contido no art. 23 da LC n. 102/2008, a Ouvidoria do TCEMG constitui um canal de comunicação com o cidadão e tem por finalidade receber sugestões, críticas, reclamações, elogios ou pedidos de esclarecimento a respeito dos serviços prestados pelo Tribunal de Contas.



Arquivo TCEMG

Após conhecer o funcionamento de ouvidorias de vários Tribunais de Contas do país, bem como de outros órgãos públicos, o Conselheiro Ouvidor Cláudio Terrão constatou, juntamente com a equipe responsável pelos trabalhos que o Sistema OUV é o mais adequado para a implantação da Ouvidoria na Corte Mineira.

Largamente utilizado no Estado do Paraná, inclusive pela sua Ouvidoria-Geral, foi adotado em Santa Catarina e, em Minas Gerais, pela Prefeitura de Divinópolis.

O Sistema OUV, cedido a este Tribunal pela Companhia de Informática do Paraná (Celepar), compõe-se de dois módulos:

o primeiro, para cadastramento, inclui a possibilidade de anexação de documentos e acompanhamento da solicitação, pelo interessado, por meio do número de protocolo gerado; o segundo módulo, de gerenciamento, disponibiliza consultas, organização de arquivo, identificação do responsável pelo acompanhamento de cada caso, localização de atendimento e acompanhamento, criação de cartas enviadas aos cidadãos e conversão automática de dados em tabelas e gráficos.

■ 3.9 Parcerias Público-Privadas (PPPs)

A Coordenadoria de Fiscalização de Concessões e Parcerias Público-Privadas, em 2011, apresentou proposta de novo desenho dos procedimentos de fiscalização das parcerias público-privadas, tendo empreendido para tanto um levantamento de requisitos e elaborado um diagnóstico da situação atual.

Definiu as especificações do SIAP (Sistema Informatizado para Recebimento de Informações sobre Parcerias Público-Privadas), indicando as regras para o módulo análise.

Registra-se que a Coordenadoria cumpriu as metas estabelecidas pela Casa acerca da análise da contratação da PPP do Mineirão (3ª etapa) e da fiscalização, por meio de acompanhamento da contratação da concessão do terminal rodoviário de São Gabriel em Belo Horizonte.

■ 3.10 Engenharia e Perícia

A Coordenadoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia e Perícia – com a auditoria já concluída no Município de Ipatinga e no Município de Itabira, em fase de conclusão – atingiu a meta institucional de fazer, no mínimo, duas auditorias selecionadas com base em critérios de materialidade, relevância e risco, utilizando-se dos sistemas informatizados disponíveis.

Outras metas alcançadas foram: apresentação de estudo técnico pertinente à implantação e utilização do GEOBRAS (estudo apresentado à Presidência); análise de 80% dos processos de denúncia que deram entrada no setor no 2º quadrimestre; realização de três auditorias selecionadas com base em critérios de seletividade, estudo e priorização das ações de controle para o Projeto Auditar e conclusão dos relatórios de auditoria realizadas pela CFOSEP.

Outro destaque foi a conclusão da auditoria das obras realizadas na Av. Pedro I, referentes ao Projeto Copa de 2014.

■ 3.11 Auditoria Operacional

A Coordenadoria de Auditoria Operacional, em 2011, monitorou o plano de ação da auditoria realizada no Programa Saneamento Básico *Mais Saúde para Todos*, bem como levantou informações relativas ao Programa *Farmácia de Minas*, com a elaboração da matriz *swot* e *stakeholder*, entrevistas e dinâmicas com gestores e servidores da Secretaria de Estado de Saúde – SES/MG.

Ainda como cumprimento de metas, a equipe da Auditoria Operacional divulgou os resultados alcançados internamente, no âmbito do Tribunal de Contas, e externamente, com a participação em evento relativo à matriz de achados no TCU e a realização de seminário com a presença de auditores do TCU e do TCE-BA.

No mês de junho, os servidores da referida Coordenadoria estiveram presentes na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, onde debateram o tema *O Dia Mundial do Meio Ambiente: sustentabilidade ambiental*.

Tendo em vista a importância da manutenção das unidades de conservação

ambiental para a vida no planeta, o Tribunal de Contas determinou a realização de auditoria operacional nas unidades de conservação e proteção integral, criadas e/ou mantidas pelo Governo de Minas, seguindo as orientações sugeridas pelo PROMOEX.

Primeiramente, no terceiro trimestre de 2011, a mencionada Coordenadoria centrou seus trabalhos na realização de um teste-piloto para conferir as premissas iniciais sobre o funcionamento das unidades de conservação, a qualidade e confiabilidade dessas informações, a fim de proceder aos ajustes necessários nos instrumentos de coletas de dados. Duas equipes foram designadas para os trabalhos de campo nos Parques Estaduais do Itacolomi e do Sumidouro.

No quarto trimestre, foram inspecionadas nove unidades de conservação e proteção integral, criadas e/ou mantidas pelo Governo de Minas.

Aplicaram-se questionários e realizaram-se entrevistas com os gerentes dos parques, com os guarda-parques, membros dos conselhos e a população da zona de amortecimento no entorno dos parques, para elaboração da matriz de achados, enviada ao orientador do Grupo Temático de Auditoria Operacional do PROMOEX, com o objetivo de propiciar a consolidação dos dados em âmbito nacional.

Dando prosseguimento aos referidos trabalhos desenvolvidos, a equipe analisou os dados coletados *in loco* pelos técnicos designados, que visitaram os quatro principais biomas existentes no Estado de Minas Gerais: mata seca, caatinga, cerrado e mata atlântica.

Destaca-se a publicação da Portaria 216, em 14/12/2011, que instituiu o Grupo Ambiental do Tribunal de Contas, encarregado

da elaboração do Projeto Ambiente que Conta, cujo objetivo é promover programa de sustentabilidade, buscando, dentre outras ações, o consumo consciente e a gestão de resíduos.

■ 3.12 Fiscalização de Projetos Financiados por Organismos Internacionais

A Coordenadoria de Fiscalização de Projetos Financiados por Organismos Internacionais - CFPFOI auditou recursos da ordem de U\$1,4 bilhões de dólares americanos, aproximadamente R\$2,4 bilhões, para o Segundo Programa de Parceria para o Desenvolvimento de Minas Gerais.

Realizou auditorias que envolveram o exame de recursos da ordem de U\$ 73,10 milhões, aproximadamente R\$124,39 milhões,

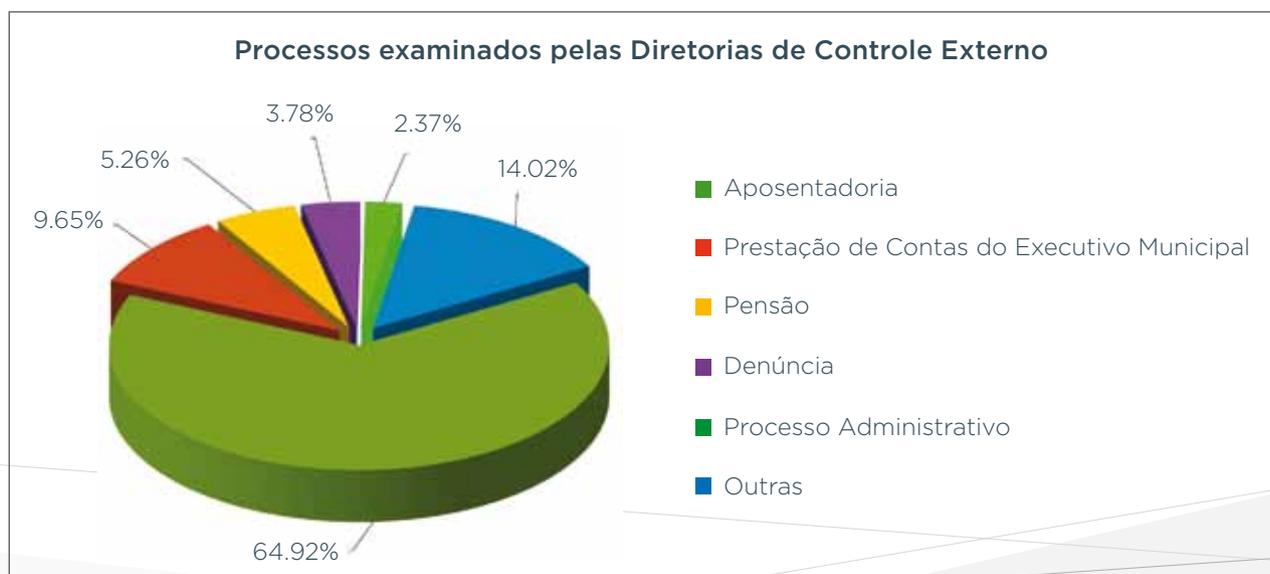
para o BIDH-Fase 2 (Programa Melhoria da Acessibilidade de Municípios de Pequeno Porte-Processo), e de U\$137,00 milhões, aproximadamente R\$243,00 milhões, para o Programa de Parceria para o Desenvolvimento de Minas Gerais III.

Examinou, ainda, recursos no montante de U\$13 milhões, aproximadamente R\$22,67 milhões, na auditoria do Projeto Fortalecimento Institucional para Modernização da Gestão Fiscal do Estado PROFORT/SEF-PROFISCO/MG.

Os relatórios emitidos pela Coordenadoria repercutiram na realização do Acordo de Resultados, nas áreas referentes ao Poder Executivo Estadual, uma vez que os achados de auditoria apontados pela equipe deste Tribunal compuseram um dos indicadores de resultados.

■ 3.13 Processos examinados pelas Diretorias de Controle Externo

No ano de 2011, foram examinados 18.947 processos pelas Diretorias Técnicas de Controle Externo. O gráfico a seguir retrata as principais naturezas dos processos examinados.



Fonte: Diretoria de Assuntos Especiais e de Engenharia e Perícia e Diretorias de Controle Externo dos Municípios e do Estado

■ 3.14 Inspeções e auditorias realizadas

Em 2011, foram realizadas 52 inspeções/auditorias, a saber:

INSPEÇÕES E AUDITORIAS REALIZADAS

NATUREZA	MUNICÍPIO			ESTADO			TOTAL GERAL
	INSPEÇÕES	AUDITORIAS	TOTAL	INSPEÇÕES	AUDITORIAS	TOTAL	
Extraordinária	14	-	14	-	-	-	14
Operacional	-	3	3	1	2	3	6
Especial	-	1	1	1	2	3	4
Ordinária - Projeto Auditar	-	1	1	-	-	-	1
Projetos financiados por Organismos Internacionais	-	-	-	24	3	27	27
TOTAL	14	5	19	26	7	33	52

Fonte: Diretoria de Assuntos Especiais e de Engenharia e Perícia, Diretorias de Controle Externo dos Municípios e do Estado

ÓRGÃO INSPECIONADO/AUDITADO	ASSUNTO	SITUAÇÃO
Câmara Municipal de Fronteira	Ofício n. 014/2011/CAMP/MPC	<i>In loco</i>
Município de Ibitiura de Minas	Denúncia	<i>In loco</i>
Secretaria de Estado de Fazenda (SEF), Secretaria de Estado e Saúde (SES), Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE), Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DER/MG), Fundação João Pinheiro (FJP) e Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (IDENE)	Inspeções referentes ao Contrato de Empréstimo n. 7.547-BR e seu Aditivo n. 7.871-BR - Banco Mundial e Governo do Estado de Minas Gerais	<i>In loco</i>
Trechos rodoviários do PROACESSO, localizados na 13ª CRG/DERMG de Brasília de Minas	Vistoria Técnica - Contrato de Empréstimo n. 2.181-OC, celebrado entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Governo do Estado de Minas Gerais	<i>In loco</i>

ÓRGÃO INSPECIONADO/AUDITADO	ASSUNTO	SITUAÇÃO
Governo do Estado de Minas Gerais	Contrato de empréstimo n. 7547-BR e aditivo n. 7871-BR, celebrado entre o Estado de Minas Gerais e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), para o financiamento do Segundo Programa de Parceria para o desenvolvimento de Minas Gerais. Recursos auditados na ordem de 591,54 milhões de dólares americanos, aproximadamente 1,019 bilhão de reais	Relatório de auditoria entregue
Governo do Estado de Minas Gerais	Contrato de empréstimo n. 2281-OC/BR, celebrado entre o Estado de Minas Gerais e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para o financiamento do Programa de Melhoria das Acessibilidade de Municípios de Pequeno Porte - Proacesso - BIDH - Fase 2. Foram auditados recursos da ordem de 73,10 milhões de dólares, aproximadamente 124,39 milhões de reais	Relatório de auditoria entregue
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG), Secretaria de Estado de Fazenda (SEF), Secretaria de Estado de desenvolvimento Econômico (SEDE), Junta Comercial do Estado de Minas Gerais e Instituto Mineiro de Agrapecuária (IMA)	Aquisições do Contrato n. 7547-BR e n. 7871-BR	<i>In loco</i>
Municípios de Sete Lagoas, Campo Belo, Cristais, Aguanil, Itumirim, Muzambinho e Guaranésia	Verificação de bens doados pela Secretaria de Estado da Saúde, cujas despesas foram financiadas por empréstimo firmado junto ao BIRD	<i>In loco</i>
Estádio do Independência	Inspeção nas obras de modernização e readequação do Estádio Raimundo Sampaio - Estádio Independência - 2ª etapa	<i>In loco</i>
Município de Congonhas	Licitações e Convênios	<i>In loco</i>
Município de Pirapetinga	Processos licitatórios, Contratos/Convênios, OSIP e Restos a Pagar	<i>In loco</i>
Município de Ipatinga	Auditoria com base em critério de materialidade, relevância e risco, utilizando-se dos sistemas informatizados disponíveis: Sistema de Cadastro e Acompanhamento de Obras Públicas (SISOBRAS) ou GEOBRAS	<i>In loco</i>
Município de Juiz de Fora	Inspeção conjunta com o Ministério Público Estadual	<i>In loco</i>

ÓRGÃO INSPECIONADO/AUDITADO	ASSUNTO	SITUAÇÃO
Município de Pirapetinga	Inspeção Extraordinária objetivando a análise da execução e dos processos licitatórios, das despesas sem realização de licitação, da execução de contratos, convênios/ajustes, da contratação de pessoal sem concurso público, dos restos a pagar sem disponibilidade financeira, da inexistência de controles patrimoniais e da frota municipal e do termo de parceria firmado com a Oscip Invisa - Instituto Vida e Saúde - exercício de 2008	<i>In loco</i>
Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (IDENE) Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) - Visitas às cidades de São Sebastião do Paraíso, Lavras, Oliveira, Boa Esperança, São Gonçalo do Sapucaí e Campanha Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE) Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) Secretaria de Estado da Fazenda (SEF) Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG)	Auditorias de aquisições do Contrato de Empréstimo n. 7547-BR e seu aditivo n. 7871-BR, celebrados entre o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Governo do Estado de Minas Gerais	<i>In loco</i>
Auditoria da Av. Pedro I	Auditoria referente ao Projeto Copa 2014	<i>In loco</i>
Instituto Estadual de Florestas - IEF	Auditoria Operacional	<i>In loco</i>
Município de Carneirinho	Estudo e priorização das ações de Controle para o Projeto Auditar	<i>In loco</i>
Município de Januária	Auditoria em unidades de conservação em conjunto com a equipe da Coordenadoria de Auditoria Operacional	<i>In loco</i>
Municípios de Manga e Itacarambi	Auditoria em unidades de conservação em conjunto com a equipe da Coordenadoria de Auditoria Operacional	<i>In loco</i>

ÓRGÃO INSPECIONADO/AUDITADO	ASSUNTO	SITUAÇÃO
Parque Estadual das Veredas do Peruaçu, Refúgio da Vida Silvestre do Rio Pan-deiros, Estação Ecológica Cercadinho, Monumento Natural Peter Lund, Parque Estadual Biribiri, Parque Estadual Serra da Candonga, Parque Estadual Mata Seca, Parque Estadual Serra do Intendente e Reserva Biológica Santa Rita	Inspeções em unidades de conservação do Estado	<i>In loco</i>
Município de Ponte Nova	Projeto Auditar	<i>In loco</i>
Município de Pirapora	Verificar a execução de obra, regularidade de processos licitatórios e legalidade de contratação de empresas	<i>In loco</i>
Município de Barroso	FUNDEB 2008-2011	<i>In loco</i>
Município de Água Boa	FUNDEB 2008 a set/2011	<i>In loco</i>
Município de Belo Vale	Irregularidades denunciadas por vereador, relativas a combustível, diárias e outras - Projeto Auditar	<i>In loco</i>
Município de Ipatinga	Aplicação de recursos repassados para OCIPs, desaparecimento de pneus, contratação de shows para festas municipais, execução de obras de recapamento e reforma de cemitério, adesão a uma ata de registro preços licitados pela PM de Santa Luzia para aquisição de kits escolares para alunos da rede municipal de ensino - Projeto Auditar	<i>In loco</i>
Município de Belo Horizonte - SLU	Análise de contratos de dispensa de licitação em contratos de varrição e capina	<i>In loco</i>
Governo do Estado de Minas Gerais	Auditoria do 2º desembolso do Contrato de Empréstimo n. 2.306/OC-BR celebrado entre o Governo do Estado de Minas Gerais e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	<i>In loco</i>
Unidade de Conservação de Proteção Integral	Aplicação de questionários à população do entorno e utilização de técnicas de valoração ambiental	<i>In loco</i>

Fonte: Diretoria de Assuntos Especiais e de Engenharia e Perícia, Diretoria de Controle Externo dos Municípios e Diretoria de Controle Externo do Estado.

■ 4. CITAÇÕES E INTIMAÇÕES

Em atendimento ao princípio constitucional do devido processo legal, objetivando a concretização da relação processual, foram realizadas 15.756 citações e intimações. Registre-se, também, a emissão de 5.140 certidões no período.

O Tribunal, em Sessão de 06/07/2011, estabeleceu que, a partir de 01/09/2011, as intimações das decisões colegiadas e monocráticas serão realizadas com exclusividade pelo Diário Oficial de Contas – DOC, órgão oficial eletrônico para publicação e divulgação dos atos administrativos e processuais do Tribunal, instituído pela Lei Complementar Estadual n. 111/2010, veiculado no Portal do Tribunal, <www.tce.mg.gov.br>, com o objetivo de dar mais transparência a suas ações, e observando os princípios da economia processual, financeira e celeridade de procedimentos.

A remessa das citações, todavia, continuará a ser realizada pelos correios.

■ 5. PROCESSOS DELIBERADOS

■ 5.1 Órgãos deliberativos

São órgãos deliberativos do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais o Tribunal Pleno e as Câmaras.

O Tribunal Pleno, com competência estabelecida pelo art. 35 da Lei Complementar n. 102/2008, é constituído de sete Conselheiros e requer *quorum* mínimo de quatro Conselheiros efetivos para funcionamento, reunindo-se, ordinariamente, às quartas-feiras, às 14h, passível de reunir-se extraordinariamente por convocação do Presidente ou deliberação de 1/3 de sua composição.

O Tribunal está dividido em duas Câmaras, cada uma composta por três Conselheiros e dois Auditores, sendo que sua constituição se renova bienalmente.

A Primeira Câmara reúne-se às terças-feiras, às 14:30h, e a Segunda Câmara, às quintas-feiras, às 10h.

Destacam-se a Presidência, a Vice-Presidência e a Corregedoria, como órgãos da Administração superior.

Consoante o art. 200 do Regimento Interno (Resolução n. 12/2008), as deliberações do TCEMG assumem a forma de acórdão, parecer, instrução normativa, resolução, decisão normativa e decisão monocrática.

■ 5.2 Das sessões realizadas e dos processos deliberados

No ano de 2011, foram realizadas 106 sessões, cujas atas podem ser acessadas no Portal do TCEMG: <www.tce.mg.gov.br>



Arquivo TCEMG

■ DEMONSTRATIVO DE ATIVIDADES | EXERCÍCIO 2011

O quadro a seguir discrimina o quantitativo – por Colegiado – de sessões realizadas e dos processos deliberados em 2011.

SESSÕES REALIZADAS E PROCESSOS DELIBERADOS

COLEGIADO	4º TRIMESTRE DE 2011	
	SESSÕES	PROCESSOS DELIBERADOS
Tribunal Pleno	35	258
1ª Câmara	36	2.119
2ª Câmara	35	3.069
TOTAL	106	5.446

Fonte: Atas das Sessões, Secretarias do Pleno e Câmaras, Coordenadoria de Acórdão

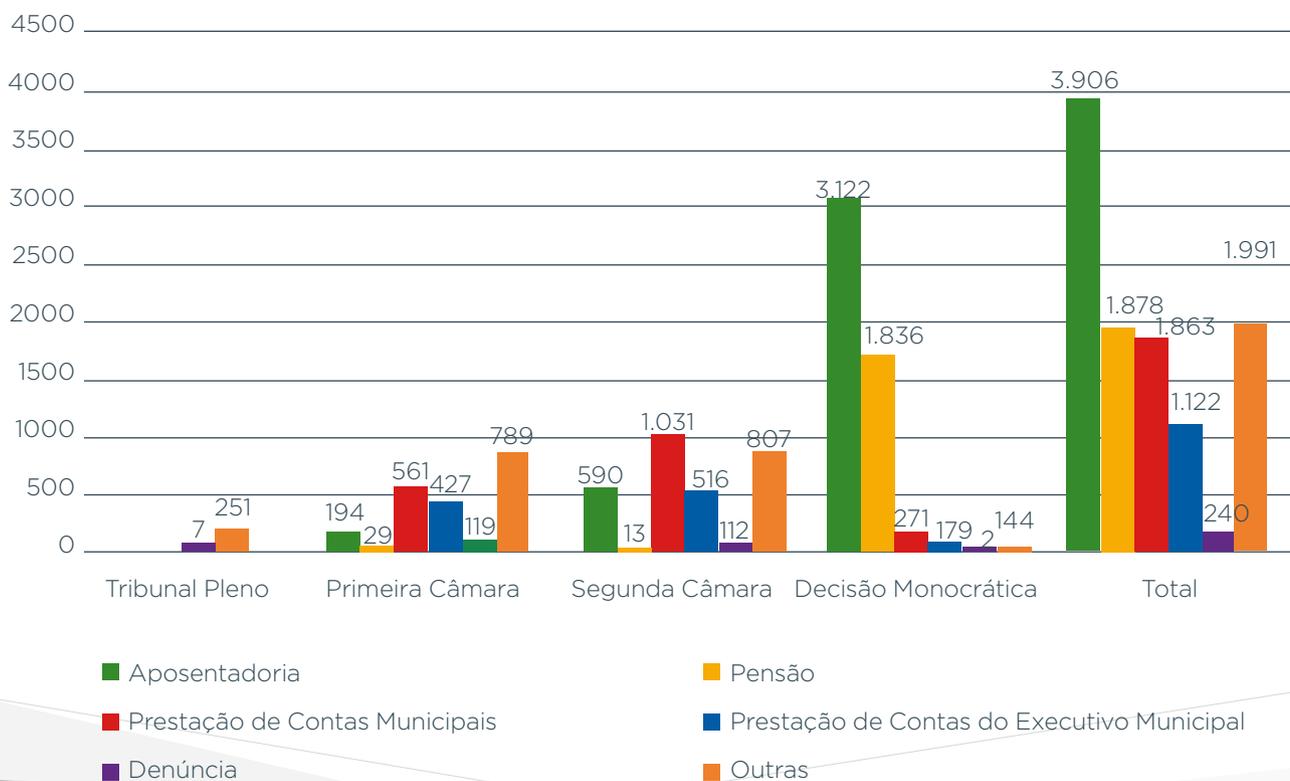
No período de janeiro a dezembro de 2011, o TCEMG deliberou, ainda, 5.554 processos, por decisão monocrática, totalizando 11.000 processos deliberados. A tabela e o gráfico a seguir destacam as naturezas dos processos deliberados em maior número no ano.

PROCESSOS DELIBERADOS

NATUREZA	COLEGIADO			DECISÃO MONOCRÁTICA	TOTAL
	TRIBUNAL PLENO	PRIMEIRA CÂMARA	SEGUNDA CÂMARA		
Aposentadoria	-	194	590	3.122	3.906
Pensão	-	29	13	1.836	1.878
Prestação de Contas Municipal	-	561	1.031	271	1.863
Prestação de Contas do Executivo Municipal	-	427	516	179	1.122
Denúncia	7	119	112	2	240
Outras	251	789	807	144	1.991
TOTAL	258	2.119	3.069	5.554	11.000

Fonte: Pautas e Atas das Sessões, Publicações no DOC e SGAP

PROCESSOS DELIBERADOS



Fonte: Pautas e Atas das Sessões, Publicações no D.O.C e SGAP

Destaca-se, ainda, a produção de 2.663 notas taquigráficas e 3.992 certidões taquigráficas, no ano 2011, pela Coordenadoria de Taquigrafia, que subsidiaram a elaboração dos registros das deliberações do Tribunal.

Publicaram-se, em 2011, 1.893 acórdãos e 1.973 ementas de parecer prévio e consulta.

6. SANÇÕES

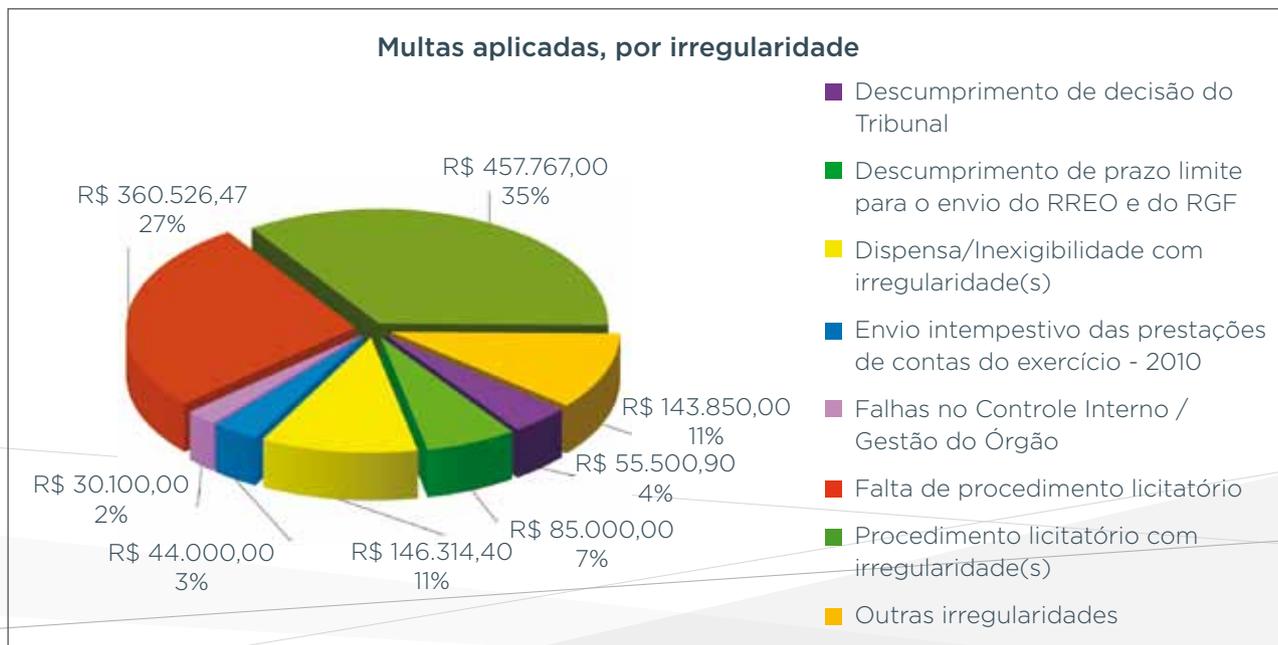
Consoante prescreve o art. 83 da Lei Complementar 102/08, observado o devido processo legal, o Tribunal, ao constatar irregularidade ou descumprimento de obrigação por ele determinada em processo de sua competência, poderá aplicar, isolada ou cumulativamente, as sanções de multa, inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança e declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o poder público.

Além das sanções indicadas acima, constatada a existência de dano ao erário, deverá determinar o seu ressarcimento pelo responsável, com fulcro no art. 94, *caput*, da Lei Orgânica do TCEMG.

Entre os meses de janeiro a dezembro de 2011, foram aplicadas multas no valor total de R\$1.323.057,87 bem como determinados ressarcimentos aos cofres públicos no montante de R\$839.504,73.

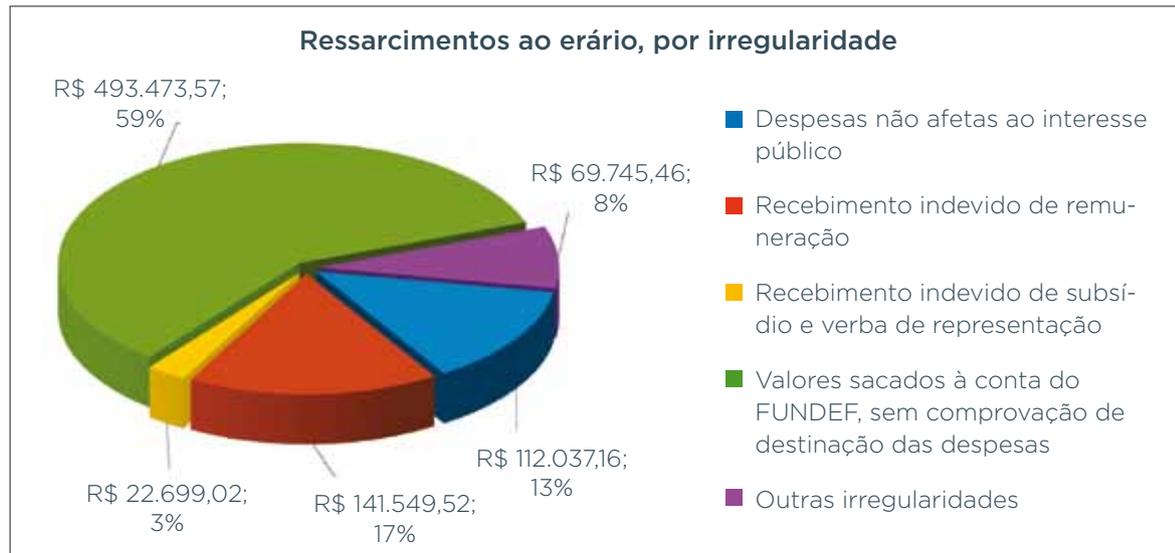
Registre-se que o montante das multas aplicadas e dos ressarcimentos ao erário determinados pelo TCEMG é passível de atualização, cabendo a interposição de recursos dentro das normas e dos prazos estabelecidos pela legislação em vigor.

O gráfico a seguir apresenta os valores das multas aplicadas em 2011, por irregularidades, destacando-se o procedimento licitatório com irregularidades, correspondente a 35% do valor total, seguido da falta de procedimento licitatório com 27%.



Fonte: Pautas e Atas das Sessões

O gráfico abaixo demonstra os valores dos ressarcimentos ao erário determinados pelo Tribunal, por irregularidades, destacando-se os valores sacados à conta do FUNDEF, sem comprovação de destinação das despesas, que corresponderam a 59% do valor total, seguidos do recebimento indevido de remuneração com 17%.



Fonte: Pautas e Atas das Sessões

As tabelas a seguir demonstram a movimentação, no período de janeiro a dezembro de 2011, das notificações aos responsáveis e das certidões de débito encaminhadas ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.

NOTIFICAÇÕES DE MULTAS E RESSARCIMENTOS AO ERÁRIO

NATUREZA	QTDE. DE INTIMAÇÕES	QTDE. DE PROCESSOS	IMPUTAÇÃO DE MULTA (R\$)	RESSARCIMENTO AO ERÁRIO (R\$)
Aposentadoria	2	2	2.257,00	-
Assunto Administrativo	124	118	240.732,42	-
Auditoria	1	1	1.000,00	-
Contrato	4	4	2.721,80	-
Convênio	21	14	13.550,39	180.683,96
Denúncia	45	27	137.880,44	515.985,65
Edital de Concurso Público	1	1	5.493,10	-
Julgamento da Legalidade dos Atos das Despesas Municipais	40	8	7.536,68	281.471,14

NOTIFICAÇÕES DE MULTAS E RESSARCIMENTOS AO ERÁRIO

NATUREZA	QTDE. DE INTIMAÇÕES	QTDE. DE PROCESSOS	IMPUTAÇÃO DE MULTA (R\$)	RESSARCIMENTO AO ERÁRIO (R\$)
Prestação de Contas de Convênio	4	3	500,00	47.279,98
Prestação de Contas de Exercício	4	4	14.252,25	9.615,75
Prestação de Contas Municipal	205	68	63.101,62	810.882,93
Processo Administrativo	33	13	100.228,99	105.763,48
Recurso de Revisão	3	2	1.817,41	17.889,16
Relatório de Inspeção	228	135	879.489,05	762.939,25
Relatório de Inspeção Extraordinária	14	11	47.885,27	-
Relatório de Inspeção - Licitação	278	199	1.148.886,80	156.994,58
Representação	1	1	3.206,12	-
Tomada de Contas	6	3	6.124,08	14.326,38
Tomada de Contas Especial	9	7	5.357,57	68.778,34
TOTAL	1.023	621	2.682.020,99	2.972.610,60
Valores Recebidos e Comprovados (relativos a notificações anteriores)			726.231,43	110.091,51

Fonte: Coordenadoria de Débito e Multa

Nota: O montante das multas e ressarcimentos ao erário notificado é atualizado dentro das normas e dos prazos estabelecidos pela legislação em vigor.

CERTIDÕES DE DÉBITO ENCAMINHADAS AO MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS PARA MEDIDAS LEGAIS CABÍVEIS

NATUREZA	QTDE. DE CERTIDÕES	QTDE. DE PROCESSOS	IMPUTAÇÃO DE MULTA (R\$)	RESSARCIMENTO AO ERÁRIO (R\$)
Agravo	2	2	2.242,62	-
Assunto Administrativo	175	175	273.847,47	-
Convênio	2	1	601,84	5.626,07
Denúncia	10	7	105.421,15	168.385,92
Edital de Concurso Público	1	1	3.600,36	-
Julgamento da Legalidade das Despesas Municipais	3	2	1.175,36	14.378,62
Prestação de Contas Municipal	99	16	7.940,75	559.371,08
Prestação de Contas de Convênio	2	1	284,11	28.811,75
Processo Administrativo	8	6	33.892,25	396.105,27
Recurso de Revisão	4	2	3.128,43	9.304,78
Relatório de Inspeção	25	16	110.374,00	1.183,68
Relatório de Inspeção/Licitação	88	55	715.687,08	13.992,80
TOTAL	419	284	1.258.195,42	1.197.159,97
Valores Recebidos e Comprovados (relativos a notificações anteriores)			33.341,97	6.003,36

Fonte: Coordenadoria de Débito e Multa

Nota: O montante das multas e ressarcimentos ao erário notificado é atualizado dentro das normas e dos prazos estabelecidos pela legislação em vigor.

7. AÇÕES E PROCESSOS EM DESTAQUE

A seguir, são apresentados as ações e os processos que mais se destacaram no período em relação ao controle prévio e concomitante, bem como à tempestividade e efetividade do controle.

7.1 Aposentadorias, Reformas e Pensões

Inserir-se na competência constitucional do Tribunal de Contas a apreciação, para fins de registro, da legalidade dos atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão, bem como das melhorias posteriores que alterem o fundamento legal dos atos concessórios, relativos a servidores da administração direta e indireta do Poder Estadual e Municipal, conforme o art. 53, II, da LC 102/08.

Em 2011, foram registrados 5.770 atos de aposentadoria, reforma e pensão, sendo 3.891 atos de aposentadoria, 3 apostilas retificadoras de proventos/taxação, 4 atos retificadores de aposentadoria, 1.868 pensões e 4 reformas.

REGISTROS DE ATOS / TÍTULOS - APOSENTADORIAS, REFORMAS E PENSÕES

NATUREZA	COLEGIADO		DECISÃO MONOCRÁTICA	TOTAL
	PRIMEIRA CÂMARA	SEGUNDA CÂMARA		
Aposentadoria	191	578	3.122	3.891
Apostila Retificatória de Proventos/Taxação	1	2	-	3
Ato Retificador de Aposentadoria	-	2	2	4
Pensão	19	13	1.836	1.868
Reforma	-	1	3	4
TOTAL	211	596	4.963	5.770

Fonte: Pautas e Atas das Sessões, Publicações no DOC e SGAP

No período, ressalta-se a produtividade da Coordenadoria de Fiscalização de Atos de Pessoal Estadual – CFAPE.

Na Sessão do Tribunal Pleno de 14/12/2011, foi aprovado o Parecer n. 001/2011, elaborado pelo Comitê de Validação Tecnológica, sobre o Sistema de Fiscalização de Atos de Pessoal – FISCAP.

■ 7.2 Prestações de Contas do Executivo Municipal

Compete ao Tribunal de Contas apreciar as contas prestadas pelos prefeitos e sobre elas emitir parecer prévio, nos termos do art. 42 da LC 102/08.

A emissão de parecer prévio poderá ser pela aprovação das contas; pela aprovação das contas, com ressalva; e rejeição das contas, conforme o art. 45, I, II e III, da LC 102/08.

Em 2011, foram emitidos 1.924 pareceres prévios em Prestações de Contas do Executivo Municipal, conforme demonstrado a seguir.



Fonte: Pautas e Atas das Sessões, Publicações no D.O.C e SGAP

■ 7.3 Consultas respondidas

Dentre o rol de competências conferidas ao Tribunal de Contas encontra-se a emissão de parecer em consultas, formuladas pelas autoridades legitimadas pelo art. 210 da Resolução n. 12/2008 (Regimento Interno), desde que versem sobre matéria de sua competência, tenham repercussão financeira, contábil, orçamentária, operacional e patrimonial e que não se refiram a caso concreto.

O parecer emitido sobre consulta possui caráter normativo e constitui prejulgamento de tese, e a orientação dada prevalecerá quando do exame do caso concreto correspondente.

Cabe registrar a aprovação da Resolução n. 01/11, que alterou o procedimento a ser obedecido na tramitação das consultas na Corte de Contas mineira.

Nos meses de janeiro a dezembro de 2011, foram emitidos 60 pareceres em consultas, dentre os quais, destacam-se:

Consulta n. 748.953 – Relator Conselheiro Eduardo Carone Costa

EMENTA: CONSULTA – MUNICÍPIO – LOCAÇÃO DE VEÍCULOS COM CLÁUSULA DE DOAÇÃO AO FINAL DO CONTRATO – IMPOSSIBILIDADE – INCOMPATIBILIDADE ENTRE O INSTITUTO DA LICITAÇÃO E A NATUREZA JURÍDICA DA DOAÇÃO – TRANSMUTAÇÃO DE LIBERALIDADE EM OBRIGAÇÃO – INADMISSÍVEL RESTRIÇÃO À COMPETIÇÃO NO CERTAME – OFENSA AO PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA.

É irregular a cláusula de doação ao final do contrato de locação de veículos, pois retira do instituto da doação o caráter de liberalidade, estabelecendo-se condição restritiva à participação em certames licitatórios.

Consulta n. 837.630 – Relator Conselheiro Eduardo Carone Costa

EMENTA: I. CONSULTA – MUNICÍPIO – LIMITES DE DESPESA DO PODER LEGISLATIVO – OBSERVÂNCIA DO ART. 29-ADA CF/88, COM AS ALTERAÇÕES DA EC 58/2009 – ADEQUAÇÃO DOS VALORES DO REPASSE FINANCEIRO ANUAL AO NOVO VALOR CONSTITUCIONALMENTE ESTABELECIDO – VIGÊNCIA 1º DE JANEIRO DE 2010 – EDIÇÃO DE LEI ORÇAMENTÁRIA COM NOVOS LIMITES OU OBSERVÂNCIA DOS LIMITES DURANTE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA. II. REPASSE A MAIOR PELO PODER EXECUTIVO – DEVOLUÇÃO DOS RECURSOS RECEBIDOS A MAIOR PELA CÂMARA AO CAIXA ÚNICO DURANTE OU NO FINAL DO EXERCÍCIO CORRENTE – DESCONTO PELO PODER EXECUTIVO NO REPASSE A SER REALIZADO NO EXERCÍCIO CORRENTE.

1. A partir de 1º de janeiro de 2010, os percentuais de gasto do Poder Legislativo estabelecidos pelo art. 29-A da CF/88 devem se adequar às disposições da Emenda Constitucional n. 58/2009 mediante: a aprovação de lei que reduza os valores dos repasses e da despesa do Poder Legislativo (situação que não configura inobservância ao princípio da anualidade) ou pela observância dos novos limites durante a execução orçamentária.

2. Na hipótese de não adequação dos novos percentuais de gasto do art. 29-A da CF/88 ao estabelecido na Emenda Constitucional n. 58/2009, os recursos recebidos a maior pela Câmara deverão ser devolvidos ao caixa único durante ou no final do exercício corrente, podendo o Poder Executivo descontar do repasse a ser realizado, ainda no ano em questão, os valores eventualmente repassados a maior, sem prejuízo da devolução de todo o montante transferido em valores superiores àqueles constitucionalmente previstos, para que não se configure a prática de crime de responsabilidade do gestor público.

Consulta n. 812.006 – Relator Conselheiro Elmo Braz

EMENTA: CONSULTA – MUNICÍPIO – SISTEMA DE CREDENCIAMENTO – HIPÓTESE DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO – POSSIBILIDADE DE TRATAMENTO DIFERENCIADO AOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS E MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – IMPOSSIBILIDADE DE CESSÃO DE MÃO DE OBRA POR MICRO E

PEQUENAS EMPRESAS - IMPOSSIBILIDADE DE CESSÃO DE MÃO DE OBRA POR MICRO E PEQUENAS EMPRESAS OPTANTES PELO SIMPLES NACIONAL - RESTRIÇÃO DE CESSÃO DE MÃO DE OBRA AOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS DE HIDRÁULICA, ELETRICIDADE, PINTURA, ALVENARIA, CARPINTARIA E DE MANUTENÇÃO OU REPARO DE VEÍCULOS.

1. O sistema de credenciamento é hipótese especial de inexigibilidade de licitação, que permite a execução indireta de atividades-meio na Administração Pública e admite tratamento diferenciado aos microempreendedores individuais, às micro e pequenas empresas - nos termos dos arts. 170, IX, e 179, ambos da CR/88, e do art. 47 da LC n. 123/06 -, desde que haja previsão e regulamentação da matéria na legislação do respectivo ente.

2. O processo de credenciamento que compreender a cessão de mão de obra só pode ser realizado em relação aos microempreendedores individuais que prestarem serviços de hidráulica, eletricidade, pintura, alvenaria, carpintaria e de manutenção ou reparo de veículos e, no caso das micro e pequenas empresas que não optarem pelo Simples Nacional, consoante inciso XII do art. 17 da LC. N. 123/06.

Consulta n. 812.471 - Relator Conselheiro Elmo Braz

EMENTA: CONSULTA - MUNICÍPIO - LIMITES PARA O REGIME DE ADIANTAMENTO OU SUPRIMENTO DE FUNDOS - AUTONOMIA DOS ENTES FEDERATIVOS PARA INSTITUIÇÃO DE LIMITES PRÓPRIOS - CARÁTER DE EXCEPCIONALIDADE - AUTORIZAÇÃO EM LEI ORÇAMENTÁRIA - OBSERVÂNCIA DOS LIMITES DO ART. 24, I E II, DA LEI N. 8.666/93 - PRESTAÇÃO DE CONTAS PELO SERVIDOR.

Admite-se excepcionalmente o suprimento de fundos para realizar despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação, observados os limites da dispensa de licitação e o uso condicionado à aplicação exclusiva na finalidade especificada no ato de concessão, dentro do prazo fixado na nota de empenho, ficando o servidor que receber o adiantamento obrigado a prestar contas de sua aplicação.

Consulta n. 840.508 - Relator Conselheiro Eduardo Carone Costa

O SUBSÍDIO DOS VEREADORES, QUANDO DA REVISÃO ANUAL, ATUALIZADO EM FACE DOS ÍNDICES DE INFLAÇÃO, PODE UTILIZAR COMO PARÂMETRO PARA INCIDÊNCIA DA PORCENTAGEM CONSTITUCIONAL O SUBSÍDIO NA NOVA LEGISLATURA DOS DEPUTADOS, ANTE A NÃO COINCIDÊNCIA TEMPORAL ENTRE OS MANDATOS DOS VEREADORES E DOS DEPUTADOS ESTADUAIS?

No curso da legislatura é possível, apenas, a correção anual do subsídio dos vereadores com base em índice oficial de aferição da inflação no período, a fim de preservar o poder aquisitivo da moeda, observadas as prescrições do inciso X do art. 37 da vigente Constituição Republicana, como também os limites previstos na Constituição e legislação infraconstitucional relativos aos subsídios dos edis e às despesas da Câmara Municipal.

Consulta n. 849.732 – Relator Conselheiro Eduardo Carone Costa

NECESSIDADE DE ANEXAÇÃO DE CÓPIAS DE TODOS OS EMPENHOS GERADOS EM PROCESSOS LICITATÓRIOS COM FORNECIMENTO DIÁRIO, COMO NO CASO DE AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL. LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA QUE REGULAMENTA ESTE PROCEDIMENTO.

A Administração Municipal deve anexar cópias de todos os empenhos gerados aos processos licitatórios realizados, bem como aos procedimentos de dispensa e inexigibilidade, ainda que o contrato celebrado preveja o fornecimento diário, como no caso do fornecimento de combustíveis, em cumprimento às Instruções Normativas n. 08/2003 e 02/2010 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Esclareça-se, por oportuno, que, em se tratando de contrato cujo montante da despesa não possa ser definido, tal como naqueles celebrados para aquisição diária de combustíveis, admite-se a realização de empenho prévio por estimativa, consoante o disposto no § 2º do art. 60 da Lei n. 4.320/64. Nesse caso, a Administração deverá realizar o controle periódico das despesas efetivamente realizadas relativas a cada contrato, ajustando-se os valores exatos das despesas, no final de cada mês, com base naqueles consignados nas notas fiscais totalizadoras do valor mensal gasto, devendo todos os empenhos e eventuais subempenhos formalizados serem anexados ao processo licitatório.

Consulta n. 837.548 – Relator Conselheiro Elmo Braz

ALÍQUOTA SUPLEMENTAR PARA AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT TÉCNICO ATUARIAL – POSSIBILIDADE DE SE CUSTEAR COM RECURSOS DA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (15%) E COM O FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO OU COM RECURSOS DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS EM SAÚDE (15%).

As despesas com alíquotas de contribuição suplementar podem ser qualificadas à conta dos recursos com manutenção e desenvolvimento do ensino, à conta do FUNDEB ou à das ações e serviços públicos em saúde, desde que claramente relacionadas aos servidores efetivamente vinculados às áreas da educação e da saúde, respectivamente.

Consulta n. 838.671 – Relator Conselheiro Presidente Antônio Carlos Andrada

POSSIBILIDADE DE PAGAMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA A SERVIDOR OCUPANTE DO CARGO DE ADVOGADO, QUE, ANTES DE SER NOMEADO, FORA EXONERADO DO CARGO DE PROFESSOR E CUMPRIRA OS REQUISITOS PARA SE APOSENTAR NESTE CARGO, SENDO AMBOS OS CARGOS PERTENCENTES AO MESMO ENTE FEDERATIVO. NO CASO DE SER DEVIDO O ABONO, O SEU VALOR CORRESPONDERÁ À PARCELA PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE O VENCIMENTO DO CARGO DE PROFESSOR OU À PARCELA PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE O VENCIMENTO DO CARGO DE ADVOGADO?

Não é devido o pagamento de abono de permanência ao servidor ocupante de cargo efetivo de advogado, que, antes de ser nomeado, fora exonerado, a pedido, do cargo de professor, no qual cumpria todos os requisitos para aposentadoria, até que este preencha todos os requisitos para a aposentadoria voluntária no cargo em que ocupa atualmente, previstos no art. 40, §1º, III, a, da CR/88, em especial os cinco anos de exercício no cargo de advogado.

Consulta n. 859.022 – Relator Conselheiro Ouvidor Cláudio Terrão

1. QUAL É ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO A QUE ALUDE O ART. 8º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 03/2011: O ÓRGÃO INTERNO PRÓPRIO/ESPECÍFICO DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO OU A CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO?

2. CASO A RESPOSTA À PERGUNTA ANTERIOR SEJA NO SENTIDO DA RESPONSABILIDADE DO ÓRGÃO INTERNO DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO, PERGUNTA-SE QUEM DEVERÁ CUMPRIR AS OBRIGAÇÕES DE ENVIO DE INFORMAÇÕES ENQUANTO NÃO EDITADA A LEI MUNICIPAL REFERIDA NO CORPO DESTA CONSULTA? PODERIA SER UMA COMISSÃO DE CONTROLE INTERNO CONSTITUÍDA FORMALMENTE NO ÂMBITO DO PRÓPRIO FUNDO PREVIDENCIÁRIO?

3. AS RESPOSTAS AOS ITENS 1 E 2 SE APLICAM AOS MANDAMENTOS CONTIDOS NO § 1º DO ART. 1º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 09/2008?

Quanto ao questionamento n. 1: o órgão de controle interno a que alude o art. 8º da IN n. 03/2011 pode ser o órgão interno/específico do Fundo Previdenciário desde que, possuindo natureza autárquica, tenha sido adequadamente criado em lei que estabeleça também a criação do órgão de controle interno com as respectivas atribuições e encargos próprios dos órgãos dessa natureza.

Quanto ao questionamento n. 2: enquanto não editada a lei acima referida, o envio das informações não poderá ser feito por comissão de controle interno, diante da já afirmada necessidade de lei em sentido estrito para que o órgão central de controle interno se desincumba das responsabilidades a ele conferidas originalmente.

Quanto ao questionamento n. 3: o relatório que acompanha a prestação de contas dos fundos previdenciários, a que se refere o §1º do art. 1º da IN n. 09/2008, pode ser realizado pelo órgão de controle interno próprio, desde que observadas as regras delineadas na fundamentação da consulta e sintetizada no item 1 acima.

Consulta n. 837.614 – Relator Conselheiro Presidente Antônio Carlos Andrada

TRATA-SE DAS PARCELAS QUE COMPÕEM A BASE DE CÁLCULO PARA O REPASSE DE RECEITAS PELO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL AO RESPECTIVO PODER LEGISLATIVO, CONFORME PREVISÃO DO ART. 29-A DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DA DEDUÇÃO DO FUNDEF OU FUNDEB DESSA BASE DE CÁLCULO. CANCELAMENTO DO ENUNCIADO DA SÚMULA N. 102.

Nesse cenário, em primeiro momento, vale dizer que o novo entendimento do Tribunal de Contas não tem o condão de imiscuir-se nos índices percentuais pactuados institucionalmente entre os Poderes Executivo e Legislativo. Em outras palavras, vale reforçar que a nova decisão do Tribunal não obriga o Executivo a ajustar o percentual acordado no sentido de adequar o repasse financeiro ao novo entendimento desta Casa, até porque não compete a este Tribunal fazê-lo, haja vista tratar-se de relação entre Poderes do mesmo ente federativo, neste caso, infensa à ingerência desta Corte.

Em verdade, os efeitos da decisão do Tribunal são outros e de outra natureza, na medida em que dizem respeito não aos percentuais ou seus ajustes limitadores do repasse, mas sim à base de cálculo que serve de parâmetro para a transferência de recursos financeiros, ou seja, valores monetários.

Essa nova sistemática possui único efeito prático e mais benéfico – na esfera desta Corte – tão somente nas prestações de contas dos chefes do Executivo, ainda passíveis de deliberação: o Tribunal de Contas, neste ponto específico, somente emitirá parecer pela rejeição das contas, se o valor repassado pelo Executivo às Câmaras Municipais ultrapassar o limite percentual constitucional estabelecido para cada município, incluídos na base de cálculo os valores financeiros repassados ao FUNDEB. Vale dizer, no que concerne àquelas prestações de contas pendentes de apreciação, ou em fase de pedido de reexame, no âmbito desta Corte, sua análise deverá ser feita com base na interpretação mais benéfica, sendo possível a retroatividade do entendimento atual, caso seja ele mais favorável ao gestor.

Cancelado o enunciado de Súmula n. 102.

■ 7.4 Exame prévio de Instrumento Convocatório de Licitação

Consoante o art. 95 da LC n. 102/08, o Tribunal poderá, de ofício ou mediante provocação, determinar medidas cautelares, no início ou no curso de qualquer apuração, havendo fundado receio de grave lesão ao erário ou a direito alheio ou de risco de ineficácia da decisão de mérito.

No exercício de 2011, a Coordenadoria de Análise de Editais de Licitação cumpriu todas as metas institucionais fixadas para o ano. Analisou 100% dos editais de licitação (procedimentos licitatórios contratados – análise não prévia) encaminhados no período à Coordenadoria, além de ter cumprido 90% dos prazos estabelecidos como meta para análise prévia dos editais de licitação, tendo, ainda, superado a meta de analisar, previamente, no mínimo, 70% dos processos de editais de licitação, com a análise de 100% dos processos encaminhados à Coordenadoria no período.

Destaca-se, no período, a atuação do Tribunal de Contas no Processo n. 847.949, Edital de Licitação (Pregão eletrônico 001/2011) da Prefeitura Municipal de Sete Lagoas, editado em substituição ao certame anteriormente anulado por aquela municipalidade, tendo em vista as irregularidades apontadas pelo Tribunal no Edital 040/2010, Pregão Eletrônico 003/2010, cujo objeto é a aquisição de computadores, impressoras e locação de impressoras ao município, objeto da Denúncia n. 836.054.

A mencionada anulação gerou uma economia de R\$181.100,00 ao município: R\$444.000,00 (valor registrado no certame anulado) – R\$262.800,00 (12 x R\$ 21.900,00 – valor registro no pregão).

Ressalta-se, ainda, a análise do Edital de Pregão 010/2010 – proveniente da Denúncia n. 812.086, apresentada por Netsoft Sistemas Integrados e Host Ltda. – deflagrado pela Prefeitura Municipal de Mariana, cujo objeto é a locação de software de gestão pública, em substituição à Tomada de Preços 007/2009 –, gerando ao município um benefício no valor de R\$310.000,00, referente à diferença entre a estimativa da Tomada de Preços 07/2009 (R\$400.000,00) e o valor contratado (R\$89.400,00), conforme estudo da Diretoria de Assuntos Especiais e de Engenharia e Perícia.

Tal operação foi possível após a alteração do tipo de licitação (de técnica e preço para menor preço) e da sua modalidade (de tomada de preços para pregão), dentre outros apontamentos feitos pelo Órgão Técnico deste Tribunal.

O trabalho de controle exercido pelo TCEMG na análise de editais de licitação rendeu economia para os cofres públicos da ordem de R\$7,1 milhões, somente nos últimos quatro meses do ano, conforme balanço realizado pela Diretoria de Assuntos Especiais e de Engenharia e Perícia – DAEEP, fruto do Projeto Benefícios do Controle, que objetiva promover a identificação, quantificação e registro dos benefícios trazidos para a sociedade pelas ações de fiscalização do TCEMG.

Esse resultado pode ser verificado em quatro auditorias realizadas pelo Tribunal:

- A correção proposta pelo Conselheiro Ouvidor Cláudio Terrão, em edital de licitação da Prefeitura Municipal de Leopoldina, para aquisição de licenciamento de uso de programas de computador nos sistemas de gestão pública municipal, reduziu o custo da contratação em R\$220.000,00.
- A determinação do Conselheiro Wanderley Ávila, para correção de vícios e defeitos no Edital do processo licitatório n. 007/2011 – Pregão Eletrônico n. 001/2011, da Prefeitura Municipal de Sete Lagoas, para aquisição e locação de equipamentos de informática, gerou economia de R\$181.000,00.
- As alterações determinadas pelo Presidente Antônio Carlos Andrada na Tomada de Preços para locação de *softwares*, realizada pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Lagoa da Prata, proporcionaram economia de R\$21.200,00 para a administração municipal.

- A análise do processo de licitação para a segunda etapa das obras de modernização e readequação do Estádio Raimundo Sampaio, o Independência, selecionado para receber jogos das seleções na Copa das Confederações, em 2013, resultou em economia de R\$6.678.000,00 aos cofres públicos.

Nesse último processo, o Tribunal Pleno, em Sessão de 06 de julho do corrente ano, ao revogar a suspensão do processo licitatório, acolheu a proposta do Relator, Conselheiro Corregedor Sebastião Helvecio, para manter as inspeções da equipe de técnicos e peritos do Tribunal até o fim das obras no Estádio Independência.



Arquivo TCEMG

No ano de 2011, foram suspensos 160 (cento e sessenta) procedimentos licitatórios, envolvendo recursos da ordem de R\$440,2 milhões, aproximadamente.

Licitações suspensas

Natureza / Número do Processo	Modalidade da Licitação	Objeto da Licitação	Data da Sessão de Suspensão	Recursos envolvidos (R\$)	Data da Sessão de Revogação da Suspensão
DENÚNCIA 838850	TOMADA DE PREÇOS N. 03/2010	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA - SISTEMA DE CIRCUITO FECHADO DE TELEVISÃO	17/02/2011	231.706,52	28/04/11
DENÚNCIA 838872	PREGÃO PRESENCIAL N. 008/2011	AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS E PROTETORES	17/02/2011	-	-
DENÚNCIA 838587	CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 06/2010	CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL REGIONAL DE SETE LAGOAS	17/02/2011	45.000.000,00	-
DENÚNCIA 838873	TOMADA DE PREÇO N. 004/2011	AQUISIÇÃO DE PNEUS	17/02/2011	70.000,00	-
REPRESENTAÇÃO 838784	LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS N. 35/10	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA, ENGENHARIA DE TRÁFEGO E DE TRANSPORTES	17/02/2011	162.623,24	-
DENÚNCIA 838869	PREGÃO PRESENCIAL N. 001/2011	AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARA DE AR E PROTETORES	22/02/2011	-	-
DENÚNCIA 838659	PREGÃO PRESENCIAL N. 143/2010	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE	22/02/2011	216.000,00	-
DENÚNCIA 838805	PREGÃO PRESENCIAL N. 039/2010	AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARA DE AR E PROTETORES	22/02/2011	-	-
DENÚNCIA 838841	PREGÃO PRESENCIAL N. 041/2011	AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS E PROTETORES PARA VEÍCULOS E MÁQUINAS	22/02/2011	-	-
DENÚNCIA 838846	PREGÃO PRESENCIAL N. 006/2011	AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS E OUTROS	22/02/2011	-	-

Licitações suspensas

Natureza /Número do Processo	Modalidade da Licitação	Objeto da Licitação	Data da Sessão de Suspensão	Recursos envolvidos (R\$)	Data da Sessão de Revogação da Suspensão
DENÚNCIA 838869	PREGÃO PRESENCIAL N. 01/11	AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES	22/02/2011	-	-
DENÚNCIA 838870	PREGÃO PRESENCIAL N. 02/2011	AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARA DE AR E PROTETORES	22/02/2011	-	-
DENÚNCIA 838871	PREGÃO PRESENCIAL N. 022/2010	AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES	22/02/2011	70.000,00	-
DENÚNCIA 838878	PREGÃO PRESENCIAL N. 12/2011	AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES	22/02/2011	-	-
DENÚNCIA 838895	PREGÃO PRESENCIAL N. 046/2010	AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS E OUTROS	22/02/2011	-	-
DENÚNCIA 838896	PREGÃO PRESENCIAL N. 074/2010	AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS E OUTROS	22/02/2011	-	-
DENÚNCIA 838897	PREGÃO PRESENCIAL N. 007/2010	AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS E OUTROS	22/02/2011	-	-
DENÚNCIA 838974	TOMADA DE PREÇOS N. 006/2011	AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA VEÍCULOS DA PREFEITURA	22/02/2011	147.684,70	-
DENÚNCIA 838983	PREGÃO PRESENCIAL N. 002/2011	AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS E PROTETORES	22/02/2011	456.547,02	-
DENÚNCIA 838986	PREGÃO PRESENCIAL N. 08/2011	AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES	22/02/2011	-	-
DENÚNCIA 838989	PREGÃO PRESENCIAL N. 00003/2011	AQUISIÇÃO DE PNEUS AUTOMOTIVOS NOVOS, PROTETORES, CÂMARAS DE AR, SERVIÇO DE RECAPAGEM, BALANCEAMENTO E ALINHAMENTO	22/02/2011	-	-

Licitações suspensas

Natureza / Número do Processo	Modalidade da Licitação	Objeto da Licitação	Data da Sessão de Suspensão	Recursos envolvidos (R\$)	Data da Sessão de Revogação da Suspensão
DENÚNCIA 838991	PREGÃO PRESENCIAL N. 011/2011	AQUISIÇÃO DE PNEUS AUTOMOTIVOS NOVOS, PROTETORES E CÂMARAS PARA VEÍCULOS DA PREFEITURA	22/02/2011	-	-
DENÚNCIA 839008	PREGÃO PRESENCIAL N. 011/2011	AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS DE FABRICAÇÃO NACIONAL	22/02/2011	-	-
DENÚNCIA 839009	PREGÃO N. 009/2011	AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS E PROTETORES	22/02/2011	-	-
DENÚNCIA 839039	PREGÃO PRESENCIAL N. 17/2011	AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS VEÍCULOS DA SECRETARIA DE OBRAS	22/02/2011	-	-
DENÚNCIA 839040	PREGÃO PRESENCIAL N. 004/2011	AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA VEÍCULOS LEVES E PESADOS E MAQUINÁRIOS DA FROTA MUNICIPAL	22/02/2011	-	-
EDITAL DE LICITAÇÃO 838861	PREGÃO PRESENCIAL N. 095/2010	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	22/02/2011	-	-
LICITAÇÃO 838764	PREGÃO PRESENCIAL N. 034/2010	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO (CONVERSÃO OU MIGRAÇÃO) E LOCAÇÃO DE SOFTWARES	22/02/2011	-	-
DENÚNCIA 839154	PREGÃO PRESENCIAL N. 06/2011	SERVIÇOS REFERENTES À MANUTENÇÃO DOS PNEUS DA FROTA DO MUNICÍPIO	24/02/2011	-	19/05/2011
DENÚNCIA 839007	PREGÃO PRESENCIAL N. 011/2011	AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS E PROTETORES	24/02/2011	-	-
DENÚNCIA 839020	PREGÃO PRESENCIAL N. 06/2011	AQUISIÇÃO DE PNEUS, PROTETORES E CÂMARAS PARA FROTA MUNICIPAL	24/02/2011	-	-

Licitações suspensas

Natureza / Número do Processo	Modalidade da Licitação	Objeto da Licitação	Data da Sessão de Suspensão	Recursos envolvidos (R\$)	Data da Sessão de Revogação da Suspensão
DENÚNCIA 839022	PREGÃO PRESENCIAL N. 09/2011	AQUISIÇÃO DE PNEUS, PROTETORES E CÂMARAS PARA FROTA MUNICIPAL	24/02/2011	-	-
DENÚNCIA 839153	PREGÃO PRESENCIAL N. 010/2011	FORNECIMENTO DE PNEUS, CÂMARA DE AR E OUTROS PRODUTOS PERTENCENTES A DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO	24/02/2011	-	-
DENÚNCIA 839023	PREGÃO PRESENCIAL N. 06/2011	AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS E OUTROS	03/03/2011	-	-
DENÚNCIA 839248	PREGÃO PRESENCIAL N. 008/2011	COLETA E REALIZAÇÃO DE ANÁLISES DA QUALIDADE DA ÁGUA PARA ABASTECIMENTO PÚBLICO DO MUNICÍPIO	03/03/2011	-	-
DENÚNCIA 839556	CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 001/2011	EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E OBRAS DE IMPLANTAÇÃO DE PAVIMENTO RÍGIDO DE CONCRETO NA AV. ANTONIO CARLOS	03/03/2011	23.504.181,75	11/05/2011
DENÚNCIA 839706	PREGÃO PRESENCIAL N. 001/2011	AQUISIÇÃO DE KITS ESCOLARES COM ENTREGA PARCELADA, P/ ATENDIMENTO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	03/03/2011	-	-
DENÚNCIA 839788	PREGÃO PRESENCIAL N. 0001/2011	AQUISIÇÃO DE KITS ESCOLARES COM ENTREGA PARCELADA, P/ ATENDIMENTO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	03/03/2011	-	-

Licitações suspensas

Natureza / Número do Processo	Modalidade da Licitação	Objeto da Licitação	Data da Sessão de Suspensão	Recursos envolvidos (R\$)	Data da Sessão de Revogação da Suspensão
DENÚNCIA 840102	PREGÃO PRESENCIAL N. 008/2011	AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS PARA ATENDER A FROTA MUNICIPAL E A POLÍCIA MILITAR	15/03/2011	-	-
DENÚNCIA 839479	TOMADA DE PREÇO N. 004/201	AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS E PROTETORES	17/03/2011	-	-
DENÚNCIA 840070	PREGÃO PRESENCIAL N. 04/2011	AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS E CÂMARAS DE AR	17/03/2011	-	-
DENÚNCIA 840563	PREGÃO PRESENCIAL N. 010/2011	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA ATENDER FAMÍLIAS COM VULNERABILIDADE ECONÔMICA SOCIAL	24/03/2011	-	-
DENÚNCIA 839893	CONCORRÊNCIA N. 012/2010	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PREPARO DE MERENDA ESCOLAR	29/03/2011	3.849.140,00	02/08/2011
DENÚNCIA 840974	PREGÃO PRESENCIAL N. 07/2011	AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS E CORRELATOS	29/03/2011	166.382,30	-
DENÚNCIA 840975	PREGÃO PRESENCIAL -PRP N. 17/2011	AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS E PROTETORES	31/03/2011	-	-
DENÚNCIA 841660	PREGÃO PRESENCIAL N. 015/2011	AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS E PROTETORES	31/03/2011	-	-
DENÚNCIA 841659	PREGÃO PRESENCIAL N. 015/2011	AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS	12/04/2011	-	-
DENÚNCIA 841517	EDITAL DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA CP N. 128/11	EXECUÇÃO DE OBRAS DE READEQUAÇÃO DA DRENAGEM PLUVIAL DA AV. RONDON PACHECO NO TRECHO ENTRE A BR 050 E A RUA ANA CARNEIRO	12/04/2011	-	-

Licitações suspensas

Natureza / Número do Processo	Modalidade da Licitação	Objeto da Licitação	Data da Sessão de Suspensão	Recursos envolvidos (R\$)	Data da Sessão de Revogação da Suspensão
DENÚNCIA 850045	PREGÃO PRESENCIAL N. 010/2011	AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES NOVOS, ORIGINAIS DE FÁBRICA P/ MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL	10/05/2011	-	-
DENÚNCIA 850705	PREGÃO PRESENCIAL N. 04/2011 - PROC. 37/2011	TRANSPORTE ESCOLAR	17/05/2011	487.060,00	-
DENÚNCIA 850986	PREGÃO PRESENCIAL N. 81/2011 - PROCESSO N. 0797/2011	AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR , ETC.	24/05/2011	-	-
DENÚNCIA 851128	PREGÃO PRESENCIAL N. 20/2011 - PROCESSO 105/2011	AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS	24/05/2011	-	-
DENÚNCIA 851221	PREGÃO PRESENCIAL N. 33/2011	AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS	24/05/2011	-	-
DENÚNCIA 851396	PREGÃO N. 055/2011	AQUISIÇÃO DE MOTOS, PARA SECRETARIA DA SAÚDE	31/05/2011	-	-
DENÚNCIA 851598	PREGÃO PRESENCIAL N. 27/2011	AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS E PROTETORES	07/06/2011	168.321,88	-
REPRESENTAÇÃO 849731	PREGÃO PRESENCIAL 74/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR MUNICIPAL EM ÔNIBUS E VANS INCLUINDO MÃO DE OBRA E OS VEÍCULOS	07/06/2011	-	-
DENÚNCIA 851566	PREGÃO PRESENCIAL N. 133/2011 - PROCESSO 233/2011	AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES	07/06/2011	262.891,33	-

Licitações suspensas

Natureza / Número do Processo	Modalidade da Licitação	Objeto da Licitação	Data da Sessão de Suspensão	Recursos envolvidos (R\$)	Data da Sessão de Revogação da Suspensão
DENÚNCIA 851484	EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N. 7/2011 - PROCESSO 26/2011	AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA FROTA MUNICIPAL	07/06/2011	-	-
DENÚNCIA 851395	EDITAL N. 39/2011, MODALIDADE PREGÃO -PROCESSO 60/2011	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERV. TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA PARA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL MUNICIPAL	07/06/2011	10.800,00	-
DENÚNCIA 851485	PREGÃO PRESENCIAL N. 10/2011 -PROCESSO 16/2011	AQUISIÇÃO DE PNEUS	07/06/2011	-	-
EDITAL DE LICITAÇÃO 851776	PREGÃO N. 075-SMA/11	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM IMPLANTAÇÃO, GERENCIAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DE VALE ALIMENTAÇÃO, ATRAVÉS DE CARTÕES MAGNÉTICOS	14/06/2011	-	-
DENÚNCIA 851885	PREGÃO PRESENCIAL N. 38/2011	AQUISIÇÃO DE PNEUS, PROTETORES E CÂMARAS DE AR	14/06/2011	-	-
DENÚNCIA 857109	PREGÃO PRESENCIAL N. 007/2011	AQUISIÇÃO DE PNEUS	14/06/2011	-	-
DENÚNCIA 851899	PREGÃO PRESENCIAL N. 028/2011	AQUISIÇÃO DE PNEUS, PROTETORES E CÂMARAS DE AR	21/06/2011	-	-

Licitações suspensas

Natureza / Número do Processo	Modalidade da Licitação	Objeto da Licitação	Data da Sessão de Suspensão	Recursos envolvidos (R\$)	Data da Sessão de Revogação da Suspensão
DENÚNCIA 857561	PREGÃO N. 28/2011, PROCESSO N. 40/2011	AQUISIÇÃO DE 03 TRANSMISORES DE TV EM VHF	21/06/2011	-	-
DENÚNCIA 857110	PREGÃO ELETRÔNICO N. 24/2011 - PROCESSO N. 152/2011	FORNECIMENTO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E OUTROS PRODUTOS	21/06/2011	-	-
DENÚNCIA 843480	EDITAL DE LICITAÇÃO N. 28/2011 - PREGÃO PRESENCIAL N. 23/2011 - PROCESSO 30/2011	AQUISIÇÃO DE PNEUS E ACESSÓRIOS NOVOS	14/04/2011	-	-
DENÚNCIA 843476	PREGÃO PRESENCIAL N. 008/2011	AQUISIÇÃO DE CÂMARAS DE AR E PNEUS NOVOS	28/04/2011	-	-
DENÚNCIA 843479	PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇO N. 12/2011 - PROCESSO LICITATÓRIO N. 27/2011	AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS, CÂMARA DE AR E PROTETORES PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS	28/04/2011	178.716,66	-
DENÚNCIA 848333	PREGÃO ELETRÔNICO N. 072/2011	AQUISIÇÃO DE MOTOCICLETAS	05/05/2011	27.450,00	-
DENÚNCIA 848833	PREGÃO PRESENCIAL N. 44/2011	AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES	05/05/2011	-	-
DENÚNCIA 848832	PROCESSO LICITATÓRIO N. 79/2011 - PREGÃO ELETRÔNICO N. 69/2011	AQUISIÇÃO DE CÂMARAS, ÓLEOS LUBRIFICANTES E PNEUS	12/05/2011	-	-
DENÚNCIA 848843	EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N. 08/2011 - PROCESSO LICITATÓRIO N. 33/11	AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS E CÂMARAS DE AR NOVOS	12/05/2011	-	-

Licitações suspensas

Natureza / Número do Processo	Modalidade da Licitação	Objeto da Licitação	Data da Sessão de Suspensão	Recursos envolvidos (R\$)	Data da Sessão de Revogação da Suspensão
EDITAL DE LICITAÇÃO 849971	CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 001/2011	CONTRATAÇÃO DAS OBRAS DE MODERNIZAÇÃO E READEQUAÇÃO DO ESTÁDIO RAIMUNDO SAMPAIO - INDEPENDÊNCIA - 2ª ETAPA	12/05/2011	50.000.000,00	06/07/2011
DENÚNCIA 850638	PREGÃO PRESENCIAL N. 018/2011	REGISTRO DE PREÇOS DE PNEUS NOVOS DE 1ª LINHA, CÂMARAS E PROTETORES DE DIVERSAS MEDIDAS	19/05/2011	-	-
DENÚNCIA 850637	PREGÃO PRESENCIAL N. 019/2011	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS E CÂMARAS, FABRICAÇÃO NACIONAL-1ª LINHA	19/05/2011	-	-
DENÚNCIA 850984	PREGÃO PRESENCIAL N. 030/2011	AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS E ACESSÓRIOS	19/05/2011	-	-
DENÚNCIA 850402	CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 001/2011	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DE ENGENHARIA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, EXECUÇÃO DE GUIAS E SARJETAS EM DIVERSOS LOGRADOUROS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO	19/05/2011	3.030.000,00	-
DENÚNCIA 851220	PREGÃO PRESENCIAL N. 024/2011	AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS	26/05/2011	-	-

Licitações suspensas

Natureza / Número do Processo	Modalidade da Licitação	Objeto da Licitação	Data da Sessão de Suspensão	Recursos envolvidos (R\$)	Data da Sessão de Revogação da Suspensão
DENÚNCIA 851218	PREGÃO PRESENCIAL N. 039/2011	AQUISIÇÃO DE PNEUS	26/05/2011	-	-
DENÚNCIA 851219	PREGÃO PRESENCIAL N. 011/2011	AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS	26/05/2011	-	-
DENÚNCIA 851446	PREGÃO PRESENCIAL N. 018/2011	AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR, REPAROS, PROTETORES E DEMAIS OBJETOS	02/06/2011	-	-
DENÚNCIA 851482	PREGÃO PRESENCIAL N. 016/2011	AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS	09/06/2011	-	-
DENÚNCIA 848261	TOMADA DE PREÇOS N. 04/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SOFTWARE, A SER EXECUTADA DE FORMA CONTINUADA, NECESSÁRIA À AUTOMAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICA À POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO	09/06/2011	128.833,32	-
DENÚNCIA 850971	CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.03/2011	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA P/ MANUTENÇÃO DE TODA A ÁREA VERDE DO MUNICÍPIO, INCLUINDO CAMPANHAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DO CEMITÉRIO PARQUE SENHORA DA PAZ, FORNECIMENTO DE EQUIPE ESPECIAL P/ REALIZAÇÃO DE MANEJO DO CURRAL DE CONSELHO, ADMINISTRAÇÃO DA ÁREA MUNICIPAL OCUPADA PELO HORTO MUNICIPAL E OUTROS SERVIÇOS	09/06/2011	16.787.583,28	-

Licitações suspensas

Natureza / Número do Processo	Modalidade da Licitação	Objeto da Licitação	Data da Sessão de Suspensão	Recursos envolvidos (R\$)	Data da Sessão de Revogação da Suspensão
DENÚNCIA 851595	PREGÃO PRESENCIAL N. 029/2011	AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARA DE AR E PROTETORES	09/06/2011	212.668,14	-
DENÚNCIA 851538	PREGÃO PRESENCIAL N. 023/2011	AQUISIÇÃO DE PNEUS	09/06/2011	60.578,99	-
DENÚNCIA 851857	PREGÃO ELETRÔNICO N. 052/2011	AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA A PREFEITURA DE DIAMANTINA	09/06/2011	279.254,56	-
DENÚNCIA 851780	PREGÃO PRESENCIAL N. 019/2011	LOCAÇÃO DE MÁQUINAS (RETROESCADEIRA E PÁ CARREGADEIRA) E 01 CAMINHÃO PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E 02 VEÍCULOS LEVES E 01 VEÍCULO UTILITÁRIO PARA ATENDER AS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, AGRICULTURA E GABINETE DO EXECUTIVO	15/06/2011	-	-
DENÚNCIA 851893	PREGÃO PRESENCIAL N. 019/2011	AQUISIÇÃO DE PNEUS, PROTETORES E CÂMARAS DE AR	15/06/2011	-	-
DENÚNCIA 851977	PREGÃO ELETRÔNICO N. 029/2011	AQUISIÇÃO DE MOTOS, PARA ATENDER ÀS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO	15/06/2011	-	-
DENÚNCIA 857683	PREGÃO PRESENCIAL N. 024/2011	AQUISIÇÃO DE CÂMARAS DE AR E PROTETORES	30/06/2011	-	-
DENÚNCIA 857874	PREGÃO PRESENCIAL N. 072/2011	AQUISIÇÃO DE PÃO DE SAL PARA CAFÉ DOS SERVIDORES E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, NÃO PERECÍVEIS, HORTIFRUTIGRANJEIROS, CARNES E ALIMENTOS ENRIQUECIDOS PARA A MERENDA ESCOLAR EM ATENDIMENTO ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ADMINISTRAÇÃO E EDUCAÇÃO	30/06/2011	-	-

Licitações suspensas

Natureza / Número do Processo	Modalidade da Licitação	Objeto da Licitação	Data da Sessão de Suspensão	Recursos envolvidos (R\$)	Data da Sessão de Revogação da Suspensão
DENÚNCIA 852069	PREGÃO PRESENCIAL N. 12/2011 - PROCESSO LICITATÓRIO 043/2011	FORNECIMENTO DE PNEUS NOVOS, CÂMARA DE AR, FITÕES, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM RES-SOLAGEM A FRIO DE PNEUS USADOS PARA MÁQUINAS E VEÍCULOS DO MUNICÍPIO	15/06/2011	-	-
DENÚNCIA 858145	CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 03/2011	OUTORGA DA CON-CCESSÃO PARA EXPLO-RAÇÃO DOS SERVIÇOS FUNERÁRIOS	05/07/2011	-	-
DENÚNCIA 857531	CONCORRÊNCIA N. 25/2010	SELEÇÃO DE AGÊNCIA PARA CRIAÇÃO, PLANEJAMENTO E VEICULAÇÃO DE CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS, INSTITUCIONAIS E EDUCACIONAIS	05/07/2011	3.012.000,00	-
DENÚNCIA 858745	PREGÃO PRESENCIAL N. 26/2011 - PROCESSO LICITATÓRIO N. 93/2011	AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS E CÂMARAS DE AR	02/08/2011	-	-
DENÚNCIA 858564	CONCORRÊNCIA N. 01/2011	DELEGAÇÃO DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS POR MEIO DE TÁXI	02/08/2011	-	-
DENÚNCIA 839455	CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 003/2009	DELEGAÇÃO POR MEIO DE CONTRATO DE PERMISSÃO PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE TÁXI NO MUNICÍPIO	02/08/2011	-	-
DENÚNCIA 859014	PREGÃO ELETRÔNICO PMI/SMA/DECON N. 050/2011	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO OPERACIONAL, DE APOIO ADMINISTRATIVO E DE ATIVIDADES AUXILIARES	02/08/2011	10.684.908,00	-

Licitações suspensas

Natureza / Número do Processo	Modalidade da Licitação	Objeto da Licitação	Data da Sessão de Suspensão	Recursos envolvidos (R\$)	Data da Sessão de Revogação da Suspensão
EDITAL DE LICITAÇÃO 858625 851974	EDITAL DE LICITAÇÃO N. 131/012/2011 130/011/2011	SELEÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA EM VIAS E OUTROS LOGRADOUROS PÚBLICOS	02/08/2011	82.528.686,98	-
DENÚNCIA 859003	PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N. 18/2011 - PROCESSO ADMINISTRATIVO DE COMPRAS N. 38/2011	PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO	09/08/2011	20.057.269,56	-
DENÚNCIA 859073	PREGÃO PRESENCIAL N. 009/2011 - PROCESSO LICITATÓRIO N. 150/2011	AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES	09/08/2011	-	-
DENÚNCIA 859111	PREGÃO ELETRÔNICO N. 17/2011	AQUISIÇÃO DE MOTOCICLETAS E CAPACETES	16/08/2011	85.981,18	14/02/2012
DENÚNCIA 859163	PREGÃO ELETRÔNICO DE REGISTRO DE PREÇOS N. 112/2011	AQUISIÇÃO DE VIATURAS, TIPO MOTOCICLETAS PARA USO NO POLICIAMENTO OSTENSIVO	23/08/2011	12.675.068,00	14/02/2012 -
DENÚNCIA 859162	TOMADA DE PREÇOS N. 4/2011	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO DE CARTÃO MAGNÉTICO ELETRÔNICO	23/08/2011	-	-
DENÚNCIA 859136	EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 01/2011	CONTRATO DE ADESAO DE PERMISSÃO PARA SERVIÇO DE TRANSPORTE AÉREO	23/08/2011	-	-

Licitações suspensas

Natureza / Número do Processo	Modalidade da Licitação	Objeto da Licitação	Data da Sessão de Suspensão	Recursos envolvidos (R\$)	Data da Sessão de Revogação da Suspensão
DENÚNCIA 859154	PREGÃO PRESENCIAL N. 031/2011	AQUISIÇÃO DE 05 MOTOCICLETAS CARGO ACOPLADAS COM BAÚ	23/08/2011	-	-
DENÚNCIA 859153 EDITAL DE LICITAÇÃO 859115	CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 003/2011	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA URBANA	30/08/2011	6.137.045,64	-
DENÚNCIA 862124	PREGÃO PRESENCIAL 017/2011 PROCESSO LICITATÓRIO N. 036/2011	REGISTRO DE PREÇOS DE PNEUS, CÂMARAS DE AR, LUBRIFICANTES E MATERIAIS DE LIMPEZA AUTOMOTIVOS	25/10/2011	-	-
DENÚNCIA 862170	CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 132/013/2011	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA P/ A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE CAPINA, ROÇADA E SERVIÇOS COMPLEMENTARES	06/09/2011	82.528.686,98	25/10/2012
DENÚNCIA 858044	CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 01/2011	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE LIXO E LIMPEZA URBANA	07/07/2011	6.339.904,80	-
DENÚNCIA 858360	CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 01/2011	CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO MUNICÍPIO DE MERCÊS	07/07/2011	3.000.000,00	-
DENÚNCIA 858973	TOMADA DE PREÇOS N. 007/2011	LOCAÇÃO DE SISTEMAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ADMINISTRAÇÃO E DE SAÚDE	04/08/2011	45.960,00	-
DENÚNCIA 859105	PREGÃO PRESENCIAL N. 037/2011	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ESTRUTURA PARA AS FESTIVIDADES DA 4ª FESTA DO CLUBE DO CAVALO DE ITAPECERICA	11/08/2011	-	-

Licitações suspensas

Natureza / Número do Processo	Modalidade da Licitação	Objeto da Licitação	Data da Sessão de Suspensão	Recursos envolvidos (R\$)	Data da Sessão de Revogação da Suspensão
DENÚNCIA 848791	PREGÃO PRESENCIAL N. 2011/004	SUORTE OPERACIONAL E MATERIAL NA COBRANÇA ADMINISTRATIVA DOS CRÉDITOS EXIGÍVEIS (JÁ VENCIDOS), AJUIZADOS, CRÉDITOS PARCELADOS E CRÉDITOS RELATIVOS A PARCELAMENTO DE FINANCIAMENTO HABITACIONAL	18/08/2011	18.324.000,00	-
DENÚNCIA 862140	TOMADA DE PREÇO N. 005/2011	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DA 2ª ETAPA DA OBRA - POSTO DE SAÚDE DO POVOADO INDÍGENA KRENAL, ZONA RURAL	01/09/2011	154.514,00	-
DENÚNCIA 862213	PREGÃO PRESENCIAL N. 001/2011	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS	15/09/2011	6.220.000,00	-
DENÚNCIA 862244	CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 001/2011	FORNECIMENTO, PREPARAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTAÇÃO	15/09/2011	3.639.212,76	-
DENÚNCIA 862246	CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. SP - 05/2011	AQUISIÇÃO DE 17.116 VALES REFEIÇÃO/LANCHE E ALIMENTAÇÃO LANCHE SOB A FORMA DE CRÉDITOS MENSAIS EM CARTÕES ELETRÔNICOS	15/09/2011	-	-
DENÚNCIA 862168 DENÚNCIA 862174	CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 005/2011	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DE ENGENHARIA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, EXECUÇÃO DE GUIAS E SARGETAS	15/09/2011	3.030.000,00	-

Licitações suspensas

Natureza / Número do Processo	Modalidade da Licitação	Objeto da Licitação	Data da Sessão de Suspensão	Recursos envolvidos (R\$)	Data da Sessão de Revogação da Suspensão
DENÚNCIA 852069	PREGÃO PRESENCIAL N. 043/2011	FORNECIMENTO DE PNEUS NOVOS, CÂMARA DE AR, FITÕES, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM RESSOLAGEM A FRIO DE PNEUS USADOS PARA MÁQUINAS E VEÍCULOS DO MUNICÍPIO	22/09/2011	-	-
DENÚNCIA 862257	PREGÃO ELETRÔNICO N. 031/2011	FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS.	22/09/2011	21.610.000,00	-
DENÚNCIA 862318	PREGÃO PRESENCIAL N. 40/2011	AQUISIÇÃO DE CÂMARAS DE AR PARA MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS	22/09/2011	-	-
DENÚNCIA 862389	PREGÃO PRESENCIAL N. 047/2011 PROCESSO N. 125/2011	AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS E PROTETORES	04/10/2011	-	-
EDITAL DE LICITAÇÃO 862398	PREGÃO 09/2011 – PROCESSO N. 70/2011	AQUISIÇÃO DE PNEUS E CÂMARAS DE AR	11/10/2011	52.079,39	-
DENÚNCIA 862426	CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 008/2011 – PROCESSO N. 171/2011	CONTRATAÇÃO DE PRESTADOR DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE EXAMES DE DIAGNÓSTICO EM LABORATÓRIO CLÍNICO, C/C COM CONCESSÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO	11/10/2011	-	-
DENÚNCIA 862505	PREGÃO PRESENCIAL N. 101/2011 – PROCESSO N. 450/2011	AQUISIÇÃO DE PNEUS	25/10/2011	-	-

Licitações suspensas

Natureza / Número do Processo	Modalidade da Licitação	Objeto da Licitação	Data da Sessão de Suspensão	Recursos envolvidos (R\$)	Data da Sessão de Revogação da Suspensão
DENÚNCIA 862124	PREGÃO PRESENCIAL N. 017/2011 - PROCESSO N. 036/2011	AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR, LUBRIFICANTES E MATERIAIS DE LIMPEZA AUTOMOTIVOS	25/10/2011	-	-
DENÚNCIA 862497	PREGÃO ELETRÔNICO N. 0500005 - PROCESSO N. 132/2011	PRESTAÇÃO DE CONTAS DE SERVIÇOS DE ESTERILIZAÇÃO POR GÁS ÓXIDO ETILENO	25/10/2011	1.432.790,07	-
DENÚNCIA 862507	PREGÃO PRESENCIAL N. 31/2011	AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES	25/10/2011	-	-
DENÚNCIA 862524	PREGÃO PRESENCIAL N. 7021/2011	AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS, CÂMARAS DE AR, PROTETORES, REMENDOS E BICOS	01/11/2011	-	-
DENÚNCIA 862638	PREGÃO PRESENCIAL N. 156/2011	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENCIAMENTO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA	29/11/2011	-	-
DENÚNCIA 862592	PREGÃO PRESENCIAL N. 049/2011	AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS E CORRELATOS, DESTINADOS À REPOSIÇÃO EM VEÍCULOS E MÁQUINAS MUNICIPAIS	29/11/2011	-	-
DENÚNCIA 862643	PREGÃO PRESENCIAL N. 0029/2011 - PROCESSO N. 0078/2011	AQUISIÇÃO DE PNEUS	29/11/2011	-	-

Licitações suspensas

Natureza / Número do Processo	Modalidade da Licitação	Objeto da Licitação	Data da Sessão de Suspensão	Recursos envolvidos (R\$)	Data da Sessão de Revogação da Suspensão
DENÚNCIA 862682	PREGÃO PRESENCIAL N. 052/2011	AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS E PROTETORES	06/12/2011	227.616,66	-
DENÚNCIA 862685	PREGÃO PRESENCIAL N. 011/2011, PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO N. 29/2011	AQUISIÇÃO PARCELADA DE PNEUS E ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS LOTADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	13/12/2011	-	-
DENÚNCIA 862728	PREGÃO PRESENCIAL N. 77/2011 -PROCESSO LICITATÓRIO N. 109/2011	AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES	13/12/2011	-	-
DENÚNCIA 862729	PREGÃO PRESENCIAL N. 076/2011 -PROCESSO N. 014/2011	AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS E PROTETORES	13/12/2011	-	-
DENÚNCIA 862671	CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 005/2011	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE ÁREA URBANA	13/12/2011	-	-
DENÚNCIA 862720	PREGÃO PRESENCIAL N. 054/2011 PROCESSO N. 114/2011	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, CONSULTORIA TÉCNICA DE SOFTWARE DE SOLUÇÃO INTEGRADA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	13/12/2011	-	-

Licitações suspensas

Natureza / Número do Processo	Modalidade da Licitação	Objeto da Licitação	Data da Sessão de Suspensão	Recursos envolvidos (R\$)	Data da Sessão de Revogação da Suspensão
DENÚNCIA 862730	PREGÃO PRESENCIAL N. 036/2011	AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS E RESSOLADOS, CÂMARA DE AR NOVA, PROTETORES NOVOS E EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RESSOLAGEM	13/12/2011	-	-
DENÚNCIA 862719	PREGÃO PRESENCIAL N. 028/2011 -PROCESSO N. 731/2011	AQUISIÇÃO DE PNEUS	13/12/2011	-	-
DENÚNCIA 862377 DENÚNCIA 862372	CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 002/2011	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA NO MUNICÍPIO	06/10/2011	10.595.899,48	-
DENÚNCIA 862383	PREGÃO PRESENCIAL N. 045/2011	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA APTA A PRESTAR MANUTENÇÃO MENSAL E SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO SOBRE SISTEMAS INFORMATIZADOS	06/10/2011	207.880,00	-
DENÚNCIA 862315	PREGÃO PRESENCIAL N. 037/2011	AQUISIÇÃO DE CÂMARAS DE AR	11/10/2011	-	-
DENÚNCIA 862470	CONCORRÊNCIA N. 003/2011	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE INFORMÁTICA PARA IMPLANTAÇÃO E LICENCIAMENTO DE USO TEMPORÁRIO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL	20/10/2011	1.185.000,00	-
DENÚNCIA 862508	PREGÃO PRESENCIAL N. 18/2011	AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES	27/10/2011	-	-

Licitações suspensas

Natureza / Número do Processo	Modalidade da Licitação	Objeto da Licitação	Data da Sessão de Suspensão	Recursos envolvidos (R\$)	Data da Sessão de Revogação da Suspensão
DENÚNCIA 862375	PREGÃO ELETRÔNICO N. 031/2011	AQUISIÇÃO DE PNEUS E CÂMARAS E PROTETORES	27/10/2011	447.986,74	-
DENÚNCIA 862539	TOMADA DE PREÇOS N. 02.007/2011	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO, CONVERSÃO DE DADOS, CUSTOMIZAÇÃO, LOCAÇÃO E ATENDIMENTO TÉCNICO DE SISTEMAS DE GESTÃO PARA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL	03/11/2011	366.255,96	-
DENÚNCIA 862535	PREGÃO PRESENCIAL N. 720/2011	AQUISIÇÃO DE MOTOCICLETAS PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	10/11/2011	7.400,00	-
EDITAL DE LICITAÇÃO 862546 DENÚNCIA 850638	PREGÃO PRESENCIAL N. 061/2011	REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PNEUS, SERVIÇOS DE ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO, ETC	10/11/2011	-	-
DENÚNCIA 862591	PREGÃO PRESENCIAL N. 008/2011	FORNECIMENTO DE PNEUS	10/11/2011	-	-
DENÚNCIA 862573	CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 001/2011	CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE URBANO DE PASSAGEIROS	17/11/2011	-	-
DENÚNCIA 862635	PREGÃO PRESENCIAL N. 001/2011	AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES	01/12/2011	-	-

Licitações suspensas

Natureza / Número do Processo	Modalidade da Licitação	Objeto da Licitação	Data da Sessão de Suspensão	Recursos envolvidos (R\$)	Data da Sessão de Revogação da Suspensão
DENÚNCIA 862583	PREGÃO PRESENCIAL N. 20/2011	AQUISIÇÃO DE PNEUS, PROTETORES E CÂMARAS	01/12/2011	-	-
DENÚNCIA 862658	PREGÃO PRESENCIAL N. 08032/2011	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLEMENTAÇÃO, GERENCIAMENTO, ADMINISTRAÇÃO, FISCALIZAÇÃO, EMISSÃO, FORNECIMENTO E MANUTENÇÃO DE CARTÕES VIVER BEM E VALE-ALIMENTAÇÃO	01/12/2011	-	-
DENÚNCIA 862640	PREGÃO PRESENCIAL N. 014/2011	AQUISIÇÃO DE PNEUS E CÂMARAS PARA USO DOS VEÍCULOS DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR	01/12/2011	-	-
DENÚNCIA 862681	PREGÃO PRESENCIAL N. 033/2011	FORNECIMENTO DE PNEUS NOVOS	01/12/2011	54.800,00	-
DENÚNCIA 862661	CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 002/2011 - PROCESSO 7786/2011	OUTORGA DE CONCESSÃO PARA EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO E RURAL	07/12/2011	-	-
TOTAL				R\$440.159.369,89	

Fonte: Pautas e Atas das Sessões, SGAP e Diretoria de Assuntos Especiais e de Engenharia e Perícia

■ 7.5 Exame prévio de Edital de Concurso Público

O TCEMG, ao proceder à análise desses editais de concurso público, poderá suspender o certame, por meio de medida cautelar, ou determinar que a entidade realizadora promova as correções necessárias, caso configurado presente o pressuposto de restrição à competitividade intrínseca à participação em concursos públicos, bem como constatada ilegalidade.

A Coordenadoria de Análise de Editais de Concurso Público e Atos de Pessoal analisou previamente 100% dos editais de concurso público encaminhados à Coordenadoria, cumprindo a meta institucional de análise prévia de, no mínimo, 90% dos processos encaminhados no período, conforme critérios de materialidade, relevância e risco.

Finalizou a especificação do sistema de filtragem dos editais de concurso e a revisão nos requisitos do módulo de Edital de Concurso Público do FISCAD; bem como elaborou e implementou *check list* da análise de editais de concurso público, além de ter validado os protótipos e interfaces de usuário elaborados pela empresa Algar Tecnologia, responsável pela criação do Sistema de Análise de Edital de Concurso/Processo Seletivo Público, a partir de requisitos elaborados pela equipe técnica do TCEMG.

Nos meses de janeiro a dezembro de 2011, o TCEMG suspendeu 29 (vinte e nove) concursos públicos.

EDITAIS DE CONCURSOS PÚBLICOS SUSPENSOS

NATUREZA / NÚMERO DO PROCESSO	OBJETO DO CONCURSO	DATA DA SESSÃO DE SUSPENSÃO	DATA DA SESSÃO DE REVOGAÇÃO DA SUSPENSÃO
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 838562	EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO	22/02/2011	-
DENÚNCIA 838859	EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N. 01/2010	22/02/2011	-
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 839004	EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N. 01/2010	24/02/2011	30/06/2011
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 839925	EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N. 001/2010	24/03/2011	-
DENÚNCIA 848845	EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.01/2011 PARA PROVIMENTO EFETIVO DE CARGOS DE CARREIRA DO QUADRO PERMANENTE DA PREFEITURA DE CRISTÁLIA	19/05/2011	-
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 848053	EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N. 01/2011 PARA PROVIMENTO DE CARGOS	02/06/2011	-

EDITAIS DE CONCURSOS PÚBLICOS SUSPENSOS

NATUREZA / NÚMERO DO PROCESSO	OBJETO DO CONCURSO	DATA DA SESSÃO DE SUSPENSÃO	DATA DA SESSÃO DE REVOGAÇÃO DA SUSPENSÃO
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 847935	EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N. 01/2011 PARA PROVIMENTO DE CARGOS	09/06/2011	-
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 848015	EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N. 001/2011	15/06/2011	-
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 847922	EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N. 01/2011 PARA PROVIMENTO DE CARGOS	30/06/2011	13/12/2011
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 848014	EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N. 01/2011 PARA PROVIMENTO DE CARGOS VAGOS	30/06/2011	04/08/2011
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 848443	EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N. 01/2011 PARA PROVIMENTO DE CARGOS PÚBLICOS	30/06/2011	-
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 850639	EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N. 01/2011 PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO QUADRO DE PESSOAL PERMANENTE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL PREFEITURA DE IAPU	07/06/2011	-
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 843512	EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N. 01/2011, OBJETIVANDO O PROVIMENTO DAS VAGAS DOS CARGOS DO QUADRO PERMANENTE DA PREFEITURA DE PONTO DOS VOLANTES	07/06/2011	-
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 847920	EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DE CARGO/EMPREGO CRIADAS, EXTINTAS, OCUPADAS E DISPONÍVEIS NO MUNICÍPIO SAAE - SERV. AUT. AGUA E ESGOTO E SANEAMENTO DE PONTE NOVA	07/06/2011	01/11/2011
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 843466	EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N. 01/2011 PARA PROVIMENTO DE CARGOS PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO DE MINAS	07/06/2011	-
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 847937	EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N. 01/2011 PARA PROVIMENTO DE CARGOS	21/06/2011	-
REPRESENTAÇÃO 841887	EDITAL DE CONCURSO N 001/2010 PARA SEREM EXAMINADAS POSSÍVEIS IRREGULARIDADES APONTADAS NO OFÍCIO N. 062/2011	21/06/2011	26/10/2011 - REVOGAÇÃO PARCIAL

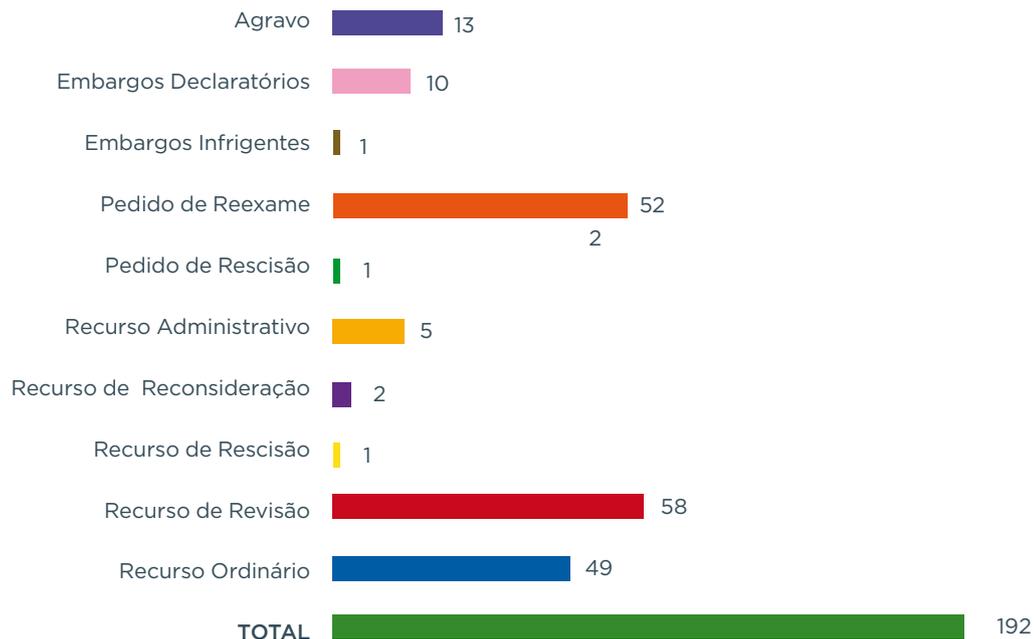
EDITAIS DE CONCURSOS PÚBLICOS SUSPENSOS

NATUREZA / NÚMERO DO PROCESSO	OBJETO DO CONCURSO	DATA DA SESSÃO DE SUSPENSÃO	DATA DA SESSÃO DE REVOGAÇÃO DA SUSPENSÃO
REPRESENTAÇÃO 841662	EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N. 01/2011 PARA PROVIMENTO DE CARGOS DO QUADRO EFETIVO E COMPOSIÇÃO DE RESERVAS	21/06/2011	-
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 847938	EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N. 01/2011 PARA PROVIMENTO DE CARGOS	07/07/2011	06/10/2011
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 851262	EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N. 001/2011 OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES PARA O QUADRO DE PESSOAL EFETIVO, EXCETO MAGISTÉRIO	04/08/2011	-
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 862212	PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA	22/09/2011	-
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 850636	EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N. 01/2011 PARA PROVIMENTO DE CARGOS	23/08/2011	-
REPRESENTAÇÃO 859161	CONCURSO PÚBLICO - EDITAL N. 01/2011	23/08/2011	-
REPRESENTAÇÃO 862109	EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.001/2011	30/08/2011	-
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 838772	PROVIMENTO DE CARGOS PARA PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA GRANDE	06/12/2011	-
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 862202 DENÚNCIA 862326	CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE NANUQUE	20/10/2011	-
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 862386	EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N. 001/2011 PARA PROVIMENTO DE CARGOS VAGOS NO QUADRO DE PESSOAL PERMANENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL	20/10/2011	-
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 862545	EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N. 001/2011 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DAS MISSÕES PARA PREENCHIMENTO DE CARGOS VAGOS	01/12/2011	-
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 862690	EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N. 01/2011 - PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DO MUNICÍPIO	13/12/2011	-

Fonte: Pautas e Atas das Sessões, SGAP e Diretoria de Assuntos Especiais e de Engenharia e Perícia

7.6 Recursos julgados

As decisões do Tribunal são passíveis de recursos arrolados no art. 98 da Lei Complementar 102/08. Nos meses de janeiro a dezembro de 2011, foram julgados 192 recursos, conforme detalhado a seguir.



Fonte: Pautas e Atas das Sessões, Publicações no DOC e SGAP

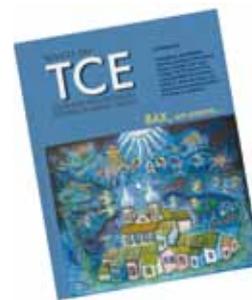
8. DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL

Primando pela transparência em suas ações, o Tribunal de Contas de Minas Gerais informa à sociedade suas atividades pelo Portal na internet, <www.tce.mg.gov.br>, Revista do Tribunal de Contas, Informativo de Jurisprudência e Súmula, Jornal Contas de Minas, dentre outros, todos acessíveis mediante o mencionado portal.

Destaca-se, no exercício de 2011, o lançamento do Informativo Consolidado Anual, elaborado pela Coordenadoria e Comissão de Jurisprudência e Súmula, que reúne todos os boletins anualmente lançados, a partir de 2009, ano de criação do Informativo de Jurisprudência.



No período, o TCEMG inaugurou novas formas de acesso à Revista do Tribunal – *e-mail*, cadastro ou pelo site do Tribunal.



Merece destaque, igualmente, o *Projeto Conhecer* – programa de visitação ao Tribunal de Contas, idealizado em 2007, com o apoio do PROMOEX, que abre as portas da instituição a estudantes universitários e do ensino médio.

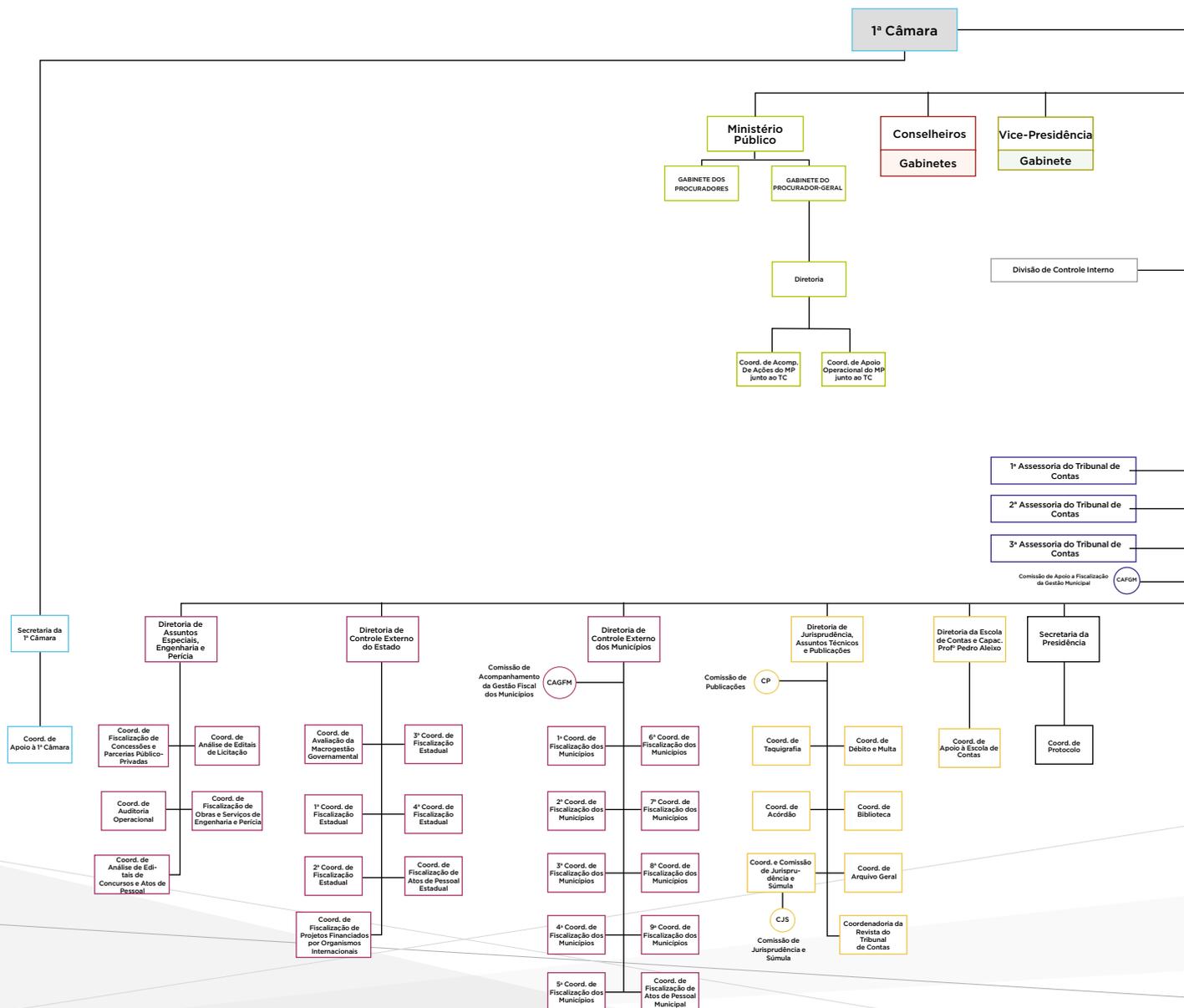
Em conformidade com os objetivos do Plano Estratégico 2010, ressalta-se, ainda,

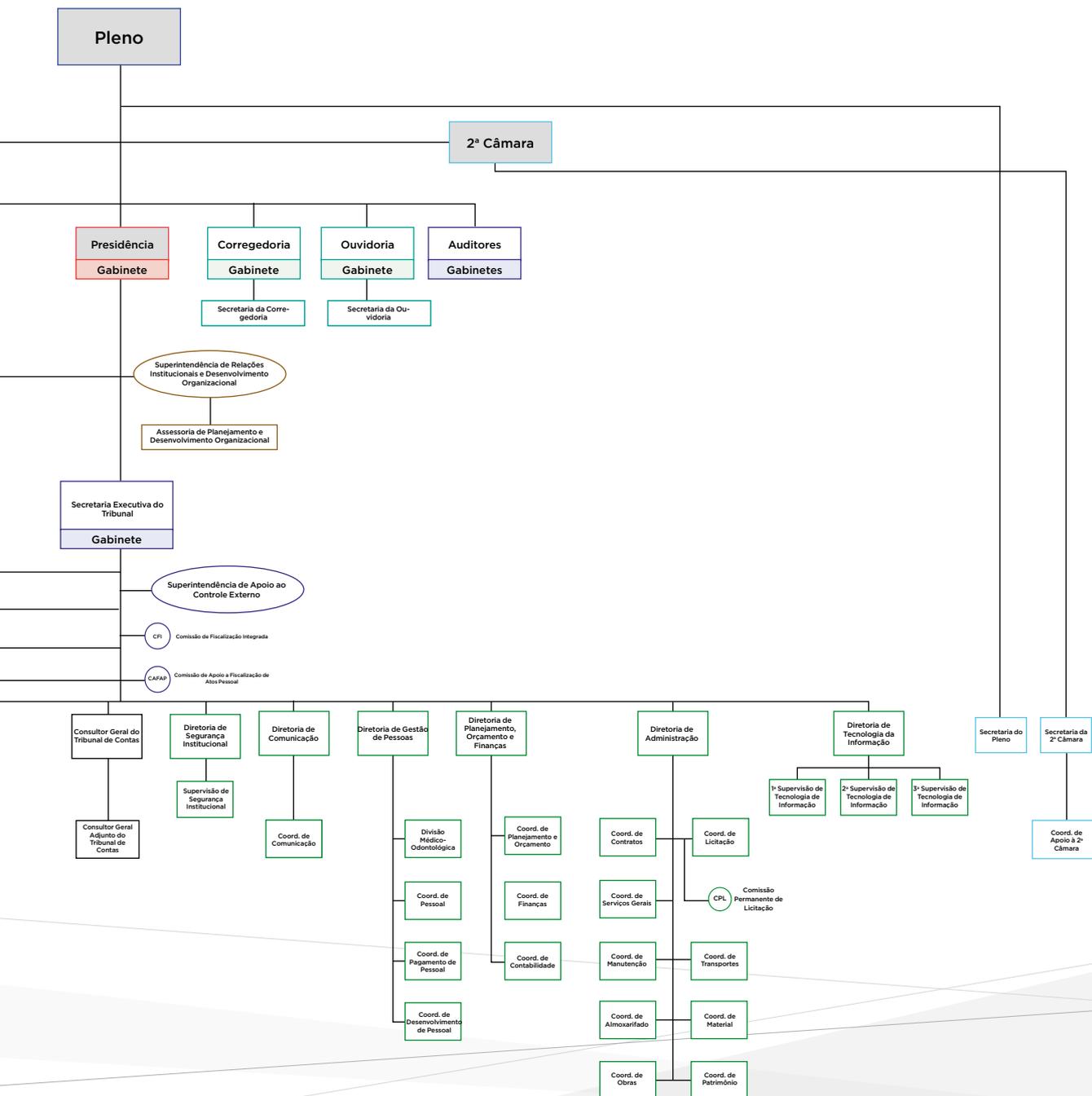
em 2011, a instituição do novo logotipo como uma das formas de o Tribunal ser conhecido e reconhecido pela sociedade e instituições em geral.

Na busca constante pelo aprimoramento da instituição, o Tribunal, por meio da Resolução n. 06/2011, conferiu novo formato à estrutura organizacional da Casa, como se vê a seguir:

ORGANOGRAMA TCEMG

DEMONSTRATIVO DE ATIVIDADES | EXERCÍCIO 2011





A inclusão do TCEMG no *Twitter* inaugurou nova forma de comunicação com a sociedade. Por meio dessa rede social, todas as últimas notícias do Tribunal são postadas em até 140 caracteres e divulgadas em canal próprio.



Destaca-se, ainda, a participação do Tribunal no *III Seminário Nacional de Comunicação dos Tribunais de Contas – Os Desafios da Transparência e do Acesso à Informação* –, sediado na cidade do Rio de Janeiro, que contou com a presença de 32 Conselheiros, além de servidores de diversos Tribunais de Contas, quando renomados jornalistas e profissionais da comunicação proferiram palestras e participaram de mesas redondas com temas tais como: *Transparência e Divulgação das Decisões e das Sessões Plenárias dos Tribunais de Contas*.

A reformulação do Portal do Tribunal, uma das premissas do Plano Estratégico 2010-2014 da Corte Mineira de Contas, buscou conferir mais transparência às atividades desenvolvidas, com a promoção de maior interação com a sociedade e os jurisdicionados, melhorando a imagem da instituição.

A seção de notícias, de cunho jornalístico, ganhou linguagem mais atrativa e de fácil compreensão, e o acesso às informações sobre as ações de fiscalização e de orientação realizadas pelo Tribunal, bem como de suas decisões, foi facilitado.

As notícias são produzidas regularmente, havendo cobertura das decisões plenárias, das câmaras e eventos realizados pelo Tribunal. O usuário poderá recebê-las por *e-mail* ao se cadastrar na página.

DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL

■ PORTAL DO TCEMG

Publicação:

Número de páginas publicadas	228
Notícias publicadas	160
<i>Newsletters</i> elaboradas e enviadas	4
Informativos de Jurisprudência elaborados e enviados	21
Atualizações de páginas	1.533
<i>Push</i> enviados	35.138

■ PORTAL DO TCEMG

Acesso:

Páginas visualizadas	1.801.715
Visitas por acesso	669.684
Visitantes de endereço (IP) único	171.772
Página mais visitada: Pesquisa de Processos	96.975 acessos
Seção mais visitada no 1º trimestre/2011: Normas e Jurisprudência	19.723 acessos
Seção mais visitada no 2º trimestre/ 2011: Normas e Jurisprudência	21.058 acessos
Seção mais visitada no 3º trimestre/2011: Normas e Jurisprudência	15.183 acessos
Seção mais visitada no 4º trimestre/2011: Instruções Normativas	14.804 acessos
Downloads de programas do TCEMG	2.974

Cadastro:

Número de interessados cadastrados na <i>newsletter</i>	111
Número de interessados cadastrados no Informativo de Jurisprudência	700
Número de interessados cadastrados no sistema <i>Push</i>	314
Mensagens respondidas pelo Fale Conosco (da Ascom)	1.265
Mensagens respondidas pelo Fale Conosco (da Escola de Contas)	26
Mensagens respondidas pelo Fale Conosco (Projeto Conhecer)	11

Sistemas disponíveis sob a forma de serviços:

FISCAD - SIACE/PCA - SIACE/PCA Lei 6404 - SIACE/LRF - SIACE PCA X SIACE LRF - SISO-BRAS - Cadastramento de Obras Paralisadas - SIDE - SICAM - SEC/Solicitação de Certidão - Remessa de Legislação - Agenda do Gestor - Pauta das Sessões - Ata das Sessões - Consultas - Revista - Sistema PUSH - Notícias do TCE

■ INTRANET DO TCEMG

Publicação:

Número de páginas publicadas	475
Notícias publicadas	242
<i>Newsletters</i> elaboradas e enviadas	4
Atualizações de páginas	3.418
Páginas visualizadas	1.925.976

■ INTRANET DO TCEMG

Publicação:

Visitas por acesso	1.092.500
Visitantes de endereço (IP) único	9.354
Página mais visitada no 1º trimestre/2011: <i>Helpdesk</i>	10.929 acessos
Página mais visitada no 2º trimestre/2011: <i>Helpdesk</i>	7.742 acessos
Página mais visitada no 3º trimestre/2011: <i>Helpdesk</i>	8.575 acessos
Página mais visitada no 4º trimestre/2011: Lista Telefônica	4.846 acessos
Seção mais visitada: Biblioteca	24.229 acessos

Cadastro:

Número de interessados cadastrados na <i>newsletter</i>	59
Mensagens respondidas pelo Fale Conosco	14

■ INFORMATIVO DE JURISPRUDÊNCIA

Novos cadastrados para recebimento do Informativo por <i>e-mail</i>	906
Total de cadastrados para receber o Informativo por <i>e-mail</i> no exercício/ 2011	3.504
Acessos ao Informativo via Portal	88.611
Acessos ao Informativo via <i>Intranet</i>	5.360

■ REVISTA DO TRIBUNAL DE CONTAS

Revistas distribuídas	33.413
Acessos à Revista do Tribunal	6.629
Cadastrados para receber a <i>newsletter</i> da Revista por <i>e-mail</i>	2.935

■ BIBLIOTECA ALOYZIO ALVES DA COSTA

Atendimento ao público interno/externo	6.935
Empréstimos de publicações	8.017
Acessos <i>on-line</i> à Biblioteca via Portal	90.034
Acessos <i>on-line</i> à Biblioteca via <i>Intranet</i>	40.211
Acessos à Base de Consultas	72.302
Acessos ao TC <i>Legis</i>	9.864

Fonte: Diretoria de Tecnologia da Informação e Diretoria de Jurisprudência, Assuntos Técnicos e Publicações

■ 9. AÇÕES DE CAPACITAÇÃO

As ações de capacitação, no âmbito do TCEMG – atribuição instituída pela Resolução n. 05/94 – ficam a cargo da Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo.

O quadro a seguir demonstra as ações de capacitação empreendidas pelo Tribunal e a participação em cursos e eventos externos em 2011.

Ações de Capacitação

Palestras, Cursos e Seminários	Participantes
Curso SIGCON	05 pessoas capacitadas
Treinamento Armazém SIAFI	04 pessoas capacitadas
Curso SIAD	05 pessoas capacitadas
Curso de Word Avançado na Escola de Computação Pró-Informática	10 pessoas capacitadas
Palestra A Educação à Distância no Serviço Público	03 pessoas capacitadas
Curso de Gestores – Programa de Desenvolvimento de Equipes TCEMG	35 participantes
Curso da Fundação Dom Cabral para os integrantes da macrogestão governamental	20 servidores capacitados
Capacitação no sistema CHANNEL, ministrado pela Empresa Jexperts. Data: 28, 29, 30, 31 de março e 1º de abril de 2011	20 pessoas capacitadas
Curso Pregão Presencial, Eletrônico e Capacitação Técnica do Pregoeiro. Dias 21 e 22/03/2011, em Belo Horizonte. EOF/29/2011	04 servidores capacitados
VI Congresso Brasileiro de Pregoeiros. 21 a 24 de março, em Foz do Iguaçu – PR	02 servidores capacitados
Seminário Obras e Serviços de Engenharia. São Paulo, no período de 28 a 30/03/2011	01 servidor capacitado
Conferência 2011 Commonwealth Local Government	01 Conselheiro: Sebastião Helvecio Ramos de Castro

Ações de Capacitação

Palestras, Cursos e Seminários	Participantes
Evento Tecnological Resources: Making Public Administration and Accountable	01 Conselheiro: Sebastião Helvecio Ramos de Castro
Seminário As Estações na Vida dos Líderes	04 pessoas capacitadas
Introdução ao Programa de Desenvolvimento de Gestores	Gestores do Tribunal
Conferência de elaboração de ementas jurisprudenciais	40 participantes
Curso de Português (07/04 - 30/06)	30 servidores
Curso de Capacitação no Sistema TCE Colaborativo	1º grupo: segurança, portaria e recepcionistas da presidência
Curso de Licitação Avançada: Pontos Polêmicos, Belo Horizonte, 26 e 27/04/11	02 servidores
Seminário Gestão por Competência, Avaliação e Desempenho no Setor Público, Salvador, de 07 a 08 de abril	03 servidores
Seminário Como Fiscalizar e Gerenciar os Contratos Administrativos, Recife, de 11 a 13 de abril	03 servidores
Programa de Formação Básica em Educação à Distância, coordenado pelo Instituto Ruy Barbosa com o apoio do Grupo Temático de Educação Corporativa do PROMOEX (Ofício Circular n. 003/2011-GDPROMOEX)	02 servidores
Fórum Brasileiro de Direito Administrativo, 07 e 08 abril/2011, em Aracajú/SE	06 servidores
Curso de Capacitação e Certificação em Ouvidoria - Florianópolis/SC - 12 a 14 de abril/2011	02 servidores
IX Congresso Internacional de Direito Constitucional, Natal-RN, 28 a 30 de abril/2011	01 servidor
2º Fórum Nacional - Gestão Estratégica no Setor Público - Brasília/DF - 05 a 06/05/2011	02 servidores

Ações de Capacitação

Palestras, Cursos e Seminários	Participantes
Curso avançado: Análise de Balanços previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – Brasília/DF – 04 a 06/05/2011	02 servidores
II Seminário do PROMOEX que teve como objetivo apresentar à ATRICON e ao IRB sugestões de aperfeiçoamento ao PLS 229/09 (Projeto de Lei de Responsabilidade Orçamentária – PLRO) e dos critérios utilizados pelos Tribunais de Contas para verificação de cumprimento da EC-29/00 – Tribunal de Contas de São Paulo – 04 a 06/05/2011	01 Diretor: Marconi Augusto Fernandes de Castro Braga
Simpósio Contratação de Serviços de Publicidade ou Propaganda pela Administração Pública – Recife/PE – 13/05/2011	01 Auditor: Licurgo J. Mourão de Oliveira
4º COINTER – Encontro Brasileiro para Capacitação de Controladores Internos e Externos – Rio de Janeiro/RJ – 16 a 18/05/2011	02 servidores
Curso O Impacto da Lei 12.349/10 e respectivas repercussões nos Processos Licitatórios e nas contratações da Administração Pública – Rio de Janeiro/RJ – 18 a 20/05/2011	01 servidor
VII Congresso Mineiro de Direito Administrativo – Belo Horizonte/MG – 23 a 25/05/11	61 servidores
Curso de Engenharia Econômica I e II – Itajubá/MG – 16 a 20/05/2011	02 servidores
Encontro Técnico Nacional de Auditoria de Obras Públicas – Florianópolis/SC – 23 a 24/05/2011	01 servidor
Curso de Gestão Tributária de Contratos e Convênios – Vitória/ES – 18 a 20/05/2011	03 servidores
Curso Nova Contabilidade Pública Brasileira e a perspectiva de implantação do Sistema de Custos no Setor Público – Salvador/BA – 26 a 28/05/2011	03 servidores
IV Congresso CONSAD de Gestão Pública – Brasília/DF – 25 a 27/05/2011	01 servidor
Fórum HSM – Inovação e Crescimento 2011	01 servidor
XI Congresso Brasileiro de Direito do Estado – Instituto Brasileiro de Direito Público – Salvador/BA – 18 a 20/05/2011	15 servidores

Ações de Capacitação

Palestras, Cursos e Seminários	Participantes
Curso de Capacitação em Atividades de Ouvidoria – 09/05 a 04/07/2011	06 servidores
28º Congresso Mineiro de Municípios – EXPOMINAS – 04 e 05/05/11	04 servidores
Treinamento de aquisições ministrado pelo Banco Mundial – Brasília/DF – 09 a 13/05/11	01 servidor
Curso Orçamento Público: elaboração da proposta orçamentária, João Pessoa/PB – 15 a 17/06/2011	01 Conselheiro: Sebastião Helvecio 01 Servidor
Programa Fronteiras em Gestão Pública – 06 a 10/06/2011	01 Auditor: Licurgo Mourão
Curso Prático de Direito Previdenciário – 20/6/2011 – Belo Horizonte/MG	50 servidores
IX Forum Cultural Organização de Eventos Ltda. – 02 a 03/06/2011	10 servidores
VII Congresso Brasileiro de Assessores de Comunicação de Justiça – 20 a 22/06/2011 – Rio de Janeiro/RJ	01 servidor
Seminário Contratos Administrativos – 29 a 30/06/2011 – São Paulo/SP	01 servidor
Curso Gestão de Materiais – Planejamento, Almojarifado, Compras e Estoques – 13 a 17/06/2011 – Rio de Janeiro/RJ	01 servidor
Curso Formação de Multiplicadores em novas regras da contabilidade aplicadas ao Setor Público – STN – 06 a 10/06/2011	260 servidores
Seminário Nacional de Contratos Administrativos – Belo Horizonte/MG – 28 a 30/06/2011	03 servidores
Treinamento SINAPI – Caixa Econômica Federal	05 servidores
Treinamento SINAPI servidores da CFOSEP	17 servidores
Debate Público: Dia Mundial do Meio Ambiente: sustentabilidade ambiental – ALMG – Belo Horizonte – 03/06/2011	08 servidores

Ações de Capacitação

Palestras, Cursos e Seminários	Participantes
Seminário Desenvolvimento Sustentável e os Limites do Crescimento – Cidade Administrativa – 06/06/2011	09 servidores
3º Curso de Direito à Saúde Fórum Permanente – Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – 27/06/2011	06 servidores
Oficina de Auditoria Operacional – Matriz de Planejamento – Área de Meio Ambiente – Brasília – 28 a 29/06/2010	04 servidores
Seminário de Controle e Transparência – 13/06/2011 – integração dos órgãos estaduais, TJ, MP e TCEMG	320 participantes
Programa TCE e os Jurisdicionados – Gestão Responsável em Final de Mandato – 16 e 17/06/2011 – Belo Horizonte/MG	611 participantes, 175 municípios
Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Educação – SIOP	05 servidores
Seminário da Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação	05 servidores
I Fórum Brasileiro de Direito Disciplinário, Belo Horizonte, de 06 a 08/07/2011	36 servidores
Curso Gestão de Documentos, Recife-PE, de 11 a 15 de julho de 2011	02 servidores
Curso Elaboração de Indicadores de Desempenho Organizacional, Rio de Janeiro-RJ, de 19 a 22 de julho de 2011	04 servidores
Seminário Gestão Eletrônica de Documentos e Enterprise Information Management, Belo Horizonte, 28 e 29 de julho de 2011	02 servidores
Curso Completo de Sistema de Registro de Preços, Rio de Janeiro, de 19 a 22/07/2011	01 servidor
XXXV ENANPAD – Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração, de 04 a 07/09/2011, Rio de Janeiro	01 servidor
Palestra da SEMAD/FEAM – 11/07/11	02 servidores

Ações de Capacitação

Palestras, Cursos e Seminários	Participantes
O TCE e os Jurisdicionados – Gestão responsável em final de mandato	
Cidade sede: Pirapora, de 30/06 a 01/07/2011	118 municípios
Cidade sede: Araxá, 14 e 15/07/2011	115 municípios
Cidade sede: Pouso Alegre, de 04 a 05/08/11	151 municípios
Cidade sede: Ubá, de 25 a 26/08/11	138 municípios
Cidade sede: Teófilo Otoni, de 15 e 16/09/2011	Vales do Jequitinhonha, Rio Doce e Mucuri - 99 municípios
Curso Gestão de Documentos Arquivísticos Digitais, Rio de Janeiro/RJ, dias 04 e 05/08/11	02 servidores
XIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. Maceió, de 07 a 10/08/11	02 servidores
Curso Sistema de Registro de Preços-Dispensa e Inexigibilidade de Licitação Contratos Decorrentes de Registro de Preços e de Contratação Direta. São Paulo/SP, de 08 a 10/08/11	03 servidores
II Encontro Temático de Educação Corporativa dos Tribunais de Contas. Rio de Janeiro, de 10 a 12/08/11	02 servidores
VII Fórum Brasileiro de Controle da Administração Pública. Rio de Janeiro/RJ, de 11 e 12/08/11	13 servidores
Curso Cerimonial, Protocolo e Etiqueta: Uma Reflexão Técnica e Prática no Contexto do Planejamento de Eventos, de 17 e 18/08/11	28 servidores
VII Congresso Brasileiro de Licitações, Contratos e Compras Governamentais. Salvador/BA, de 17 a 19/08/11	23 servidores
Evento HSM Negociação 3.0. São Paulo/SP, de 23 a 24/08/2011	01 servidor
VII Seminário Nacional – Ouvidores e Ouvidorias, Curitiba/PR, de 24 a 26/08/2011	02 servidores
III Congresso Brasileiro de Direito Administrativo, Brasília/DF, de 25 a 26/08/2011	01 servidor

Ações de Capacitação

Palestras, Cursos e Seminários	Participantes
XII Congresso Paraense de Direito Administrativo, Curitiba/PR, de 29 a 31/08/2011	03 servidores
Congresso Nacional de Estudos Avançados sobre Terceirização na Administração Pública, Recife/PE, de 29 a 31/08/2011	01 servidor
IV Congresso Brasileiro de Direito Tributário Internacional. São Paulo/SP – Debate sobre temas como: globalização e convergência tributária, União Européia e terceiros países, Organizações sem fins lucrativos em um cenário internacional, tributação internacional intangíveis, reconceituando concorrência tributária após crise financeira mundial e outros - 22 e 23/08/11	01 Auditor: Licurgo J. Mourão de Oliveira
Programa Fronteiras em Gestão Pública, Fundação Dom Cabral/Nova Lima, de 12 a 16/09/2011	01 Auditor: Licurgo J. Mourão de Oliveira
Curso de Gestão em Finanças Públicas – Ministrados conteúdos acerca de gestão e finanças públicas, de 05/08 a 18/10/2011	110 servidores
Workshop do Projeto Auditar – Ministrado pela equipe de consultores da Ernest & Young , de 13 a 15/09/2011	162 servidores
Workshop do SICOM para os jurisdicionados, de 19 a 30/09/2011	Jurisdicionados
Encontro Técnico sobre Contas de Governo e Contas de Gestão/Responsabilidade e Responsabilização, ESAF/BH, 29 e 30/09/2011	75 participantes
Filme Motivacional: A Guerra do Arco-Íris – 01/09/2011	56 servidores
XXXV Enanpad – Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração – Rio de Janeiro/RJ, de 04 a 07/09/2011	01 servidor
X Congresso Nacional de Direito Público – Maceió/AL, de 06 a 09/09/2011	05 servidores
Curso de Direito Processual no âmbito do TCEMG, de 08/08/2011 a 22/11/2011	101 participantes
Evento Internacional – Gestão de Documentos no Setor Público – SP, de 12 a 14/09/2011	01 servidor

Ações de Capacitação

Palestras, Cursos e Seminários	Participantes
Curso de Matemática – Módulo I, de 12 a 16/09/2011 e de 19 a 23/09/2011	33 menores da ASSPROM
Curso de Contratação Direta – Dispensa e Inexigibilidade/BH, de 14 a 15/09/2011	01 servidor
I Congresso Brasileiro de Cerimonial do Judiciário – Brasília/DF, de 14 a 16/09/2011	01 servidor
Curso Gerência de Compras na Administração Pública – Rio de Janeiro, de 14 a 16/09/2011	02 servidores
Curso FDC Experience – Nova Lima/MG, 15 e 16/09/2011	04 servidores
Congresso Brasileiro de Direito do Terceiro Setor – Belo Horizonte, 15 e 16/09/2011	12 servidores
XV Congresso Brasileiro de Direito Processual – Natal/RN, 22 a 24/09/2011	07 servidores
Curso sobre Concessão de Diárias e Passagens – Fortaleza, de 22 a 24/09/2011	02 servidores
Curso Como Fiscalizar a Execução de Obras e Serviços de Engenharia/ SP, de 26 a 28/09/2011	01 servidor
XXVI Congresso Brasileiro de Engenharia Ambiental e Sanitária – Porto Alegre, de 26 a 28/09/2011	01 servidor
VII Encontro Nacional de Secretarias da Administração Pública – Maceió/AL, de 28 a 30/09/2011	05 servidores
VIII Convenção de Contabilidade de MG/ BH – Minascentro, de 28 a 30/09/2011	47 servidores
XXXVII Congresso Nacional de Procuradores de Estado/BH, de 28 a 30/09/2011	02 servidores
Encontro Nacional do Grupo de Atos de Pessoal/Rio G. do Sul, de 28 a 30/09/2011	04 servidores

Ações de Capacitação

Palestras, Cursos e Seminários	Participantes
IV Congresso Internacional de Constituição e Processo – BH/MG, de 29 e 30/09/2011	09 servidores
V Fórum Brasileiro de Controle Interno e Auditoria da Administração Pública, Brasília/DF, 29 e 30/09/2011	07 servidores
Curso Completo de Gestão de Materiais: Planejamento, Almoxarifado, Compras e Estoque – Brasília, de 03 a 07/10/2011	02 servidores
Curso de Matemática – Módulo II, de 03 a 07/10/2011	16 menores da ASSPROM
Curso de Introdução de Aplicação de Métodos Qualitativos, de 03 a 10/10/2011	20 servidores
Seminário Regional sobre Orçamento Público Municipal e Despesas com Pessoal – Câmara Municipal de Montes Claros, 05/10/2011	01 servidor
IV Congresso Estadual de Direito Administrativo do Rio de Janeiro – Direito Administrativo e Democracia Econômica, 05 e 06/10/2011	02 servidores
Curso Novas Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria – BH, 06 e 07/10/2011	05 servidores
VII Congresso Brasileiro de Direito Previdenciário – Brasília/DF, de 06 a 08/10/2011	08 servidores
Curso O Ordenador de Despesas e a Lei de Responsabilidade Fiscal – Brasília, 06 e 07/10/2011	04 servidores
Curso Auditoria em Folha de Pagamento – Ribeirão Preto, 10 e 11/10/2011	01 servidor
Curso de Windows e Word, de 13, 14, 17, 19, 20, 21 e 24 a 28/10	10 servidores
Curso de Matemática – Módulo II, de 17 a 21/10/2011	17 menores da ASSPROM
Palestra Novas Perspectivas acerca da Teoria do Gasto Público, 18/10/2011	236 servidores

Ações de Capacitação

Palestras, Cursos e Seminários	Participantes
XXV Congresso Brasileiro de Direito Administrativo – Salvador, de 18 a 21/10/2011	23 servidores
I Congresso Mineiro de Direito Digital – BH, 20/10/2011	01 servidor
Palestra na entrega da Medalha Colar do Mérito da Corte de Contas Ministro José Maria Alckmim, proferida pelo palestrante Prof. Jorge Cláudio de Bacelar Gouveia, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa – Portugal, TCEMG, 20/10/2011	250 autoridades
XX Encontro Nacional de Direito Constitucional/SP, de 20 a 22/10/2011	01 servidor
Curso de Aperfeiçoamento Controle e Responsabilidade Pública em Perspectiva Nacional e Comparada, parceria do TCEMG (pela Escola de Contas) com o IDDE, de 24 a 30/11/2011	159 servidores
Seminário Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos na Visão do TCU, de 24 a 26/10/2011	01 servidor
Curso Financiamentos e Gastos no Orçamento Público/ Recife, 26 a 28/10/2011	03 servidores
VI Congresso Brasileiro de Gerenciamento de Projetos – Fortaleza – 03 a 05/11/2011	01 servidor
Curso de Auditoria Interna com foco por Processo e Risco – São Paulo, de 04 a 05/11/2011	01 servidor
SICOM, dias 03, 04 e 17/11/2011	817 jurisdicionados
Fórum Internacional de Governo – Fortaleza, 03 a 05/11/2011	01 servidor
Curso Auditoria da Folha de Pagamento no Serviço Público – São Paulo, de 07 a 08/11/2011	01 Auditor: Licurgo J. Mourão de Oliveira
II Encontro dos Grandes Mestres: Curso de Licitações e Contratos – São Luís do Maranhão, de 09 a 11/11/2011	01 Conselheiro: Cláudio Couto Terrão 2 servidores

Ações de Capacitação

Palestras, Cursos e Seminários	Participantes
Questões Polêmicas sobre Sanções Administrativas e Rescisões Contratuais – Belo Horizonte, de 07 a 08/11/2011	02 servidores
Palestra Desenvolvimento Sustentabilidade e Tribunais de Contas – Auditório Vivaldi Moreira – Belo Horizonte – 08/11/2011	50 participantes
27ª INFORUSU – Sucesu 2011 – Belo Horizonte – 08/11/2011	04 servidores
XIV Simpósio Nacional de Auditoria e Obras Públicas – Cuiabá, de 07 a 11/11/2011	06 servidores
Congresso Brasileiro de Direito e Sustentabilidade – Curitiba, de 09 a 11/11/2011	05 servidores
Seminário Auditoria Operacional – Auditório Vivaldi Moreira – TCEMG – Belo Horizonte – 16/11/2011	90 servidores
Curso de Aprofundamento no Regimento Interno do TCEMG – 16/11 a 16/12/2011	90 participantes
Curso Valoração de Serviços Ambientais – 17/11 e 28/11/2011	30 servidores
Palestra Motivacional: Abertura da aula inaugural Programa de Capacitação Gerencial do TCEMG –18/11/2011	120 participantes
Curso de Gestores – Repensando o Tribunal: O Olhar do Gestor –18 a 20/11/2011	120 participantes
Simpósio Classificação e Julgamento das Propostas Comerciais e Licitações, Recursos Administrativos, Impugnações ao Edital e Pedidos de Esclarecimentos – Belo Horizonte – 21/11/2011	02 servidores
Curso Licitação e Contratos de acordo com o TCU e os Tribunais Superiores – Brasília, de 21 a 23/11/2011	03 servidor
IV Congresso Brasileiro de Controle Público – Combate à Corrupção e Novos Paradigmas do Controle – Aracaju, de 23 a 25/11/2011	07 servidores
Palestra Transparência e Controle Social, ministrada pelo Conselheiro Corregedor Sebastião Helvecio, na Escola do Legislativo – 28/11/2011	Vários participantes
II Congresso de Gestão Pública – Curitiba, de 28 a 30/11/2011	02 servidores

Ações de Capacitação

Palestras, Cursos e Seminários	Participantes
Curso de Capacitação e Formação de Pregoeiro e SRP – São Paulo, de 28 a 29/11/2011	03 servidores
III Encontro Nacional do Grupo de Contas de Governo (PROMOEX) – Curitiba, de 28 a 29/11/2011	02 servidores
Formação e Desenvolvimento de Gestores	120 participantes
Curso de Valoração de Serviços Ambientais – 29/11/2011	12 participantes
Oficina de Educação a Distância dos TCEs e Reunião Técnica GEC/PROMOEX – 30/11 e 01/12/2011	02 servidores
Curso Gestão de Conflitos em Ouvidoria – Brasília – 30/11 a 03/12/2011	03 servidores
Curso Responsabilização de Agentes Públicos e Privados perante os TCEs/Belém – 01 e 02/12/2011	01 servidor
Aspectos Polêmicos dos Contratos Administrativos, em Brasília/DF – de 05 a 07/12/2011	02 servidores
Curso Advocacia e Controle da Administração Pública – Passos AMM – 06/12/2011	03 servidores e 95 jurisdicionados
Curso de IFPUG – Pontos de Função, de 12 a 16/12/2011	12 participantes
Curso de <i>Power Point</i> – de 12 a 16/12/2011	12 participantes
Curso Gestão Tributária de Contratos e Convênios – Passos/MG, de 14 a 16/12/2011	02 servidores

Fonte: Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo

10. GESTÃO DE PESSOAS

Tendo em vista o item 3.4 do Anexo I da Resolução n. 09/2010, relativo à oferta de programas que contribuam para o bem-estar e a qualidade de vida no ambiente de trabalho, a Diretoria de Gestão de Pessoas, responsável pela implementação da Política de Gestão de Pessoas no TCEMG, em parceria com a Divisão Médico-Odontológica, ofertou, em 2011, a ginástica terapêutica chinesa *Lian Gong em 18 terapias* destinada à prevenção e ao tratamento de dores no pescoço, ombros, costas, região lombar, glúteos e pernas.



Arquivo TCEMG

As aulas foram ministradas nas dependências do Tribunal durante os intervalos da jornada de trabalho.

Outro destaque, no período, foi o curso ministrado pelo Coordenador da Divisão Médico-Odontológica, Dr. Márcio Barreto Correia, em conjunto com a Diretoria de Segurança Institucional, para capacitação de vigilantes, supervisores de segurança e recepcionistas das portarias do Tribunal sobre o uso do aparelho desfibrilador cardíaco.



Arquivo TCEMG

Cabe também destacar a palestra *O pensamento e a ansiedade* proferida pela psicóloga Renata Borja, especialista em terapia cognitiva, a convite da Divisão Médico-Odontológica.



Arquivo TCEMG

O controle da mente sobre a ansiedade foi o tema abordado pela palestrante, e cerca de 80 funcionários dos turnos da manhã e tarde participaram do evento.



Arquivo TCEMG

Ressalta-se, ainda, a visita a esta Casa da Secretária de Estado de Planejamento e Gestão, Renata Vilhena, no mês de dezembro, para apresentar o *Projeto de Modernização, Administração, Serviços e Sistemas de Pessoal - MASP*, que prevê a modernização de todas as rotinas relacionadas à vida funcional do servidor público.

A Resolução n. 18, de 14/12/2011, instituiu o *Programa de Assistência em Creche ou em Instituição Educacional* para os filhos e os dependentes de Conselheiros, Auditores, Procuradores e servidores do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

A inscrição no programa deverá ser feita através de requerimento dirigido à Coordenadoria de Pessoal.

11. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, POR GRUPO DE DESPESA

O quadro seguinte discrimina a distribuição dos dispêndios do Tribunal, conforme o grupo de despesa, no exercício de 2011.

Execução Orçamentária, por Grupo de Despesa

DISCRIMINAÇÃO	CRÉDITO AUTORIZADO	DESPESA EMPENHADA ATÉ DEZEMBRO/2011	%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	319.974.271,00	316.552.997,56	98,93%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	42.324.377,52	39.999.305,56	94,51%
INVESTIMENTOS	3.153.410,66	2.046.254,20	64,89%
TOTAL	365.452.059,18	358.598.557,42	98,12%

Fonte: Coordenadoria de Planejamento e Orçamento / Relatório SIAFI-MG

Destaca-se, no período, a participação do Conselheiro Presidente Antônio Carlos Andrada, juntamente com outras autoridades, na reunião sobre o Orçamento 2012, ocorrida no Palácio Tiradentes, Cidade Administrativa, em 02/09.



Renata Caldeira

O Governador Antônio Anastasia declarou-se esperançoso com a reversão da crise econômica mundial por meio da atração de investimentos para o Estado e defendeu a elaboração de propostas orçamentárias adaptadas à nova realidade econômica.

12. MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

Demonstra-se, a seguir, a movimentação geral de processos no âmbito do Tribunal de Contas no exercício de 2011.

Movimentação Processual

NATUREZA	ENTRADA DE PROCESSOS	SAÍDA DE PROCESSOS
GABINETE DOS CONSELHEIROS	32.604	29.157
GABINETE DOS AUDITORES	11902	8.937
GABINETE DOS PROCURADORES	8.822	8.845
MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS	34.303	34.324
DIRETORIA DE ASSUNTOS ESPECIAIS E DE ENGENHARIA E PERÍCIA	1.488	1.443
DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DOS MUNICÍPIOS	30.933	11.199
DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DO ESTADO	16.590	12.436
DIRETORIA DE JURISPRUDÊNCIA, ASSUNTOS TÉCNICOS E PUBLICAÇÕES	33.466	22.504
SECRETARIA DA PRESIDÊNCIA	8.229	34.318
SECRETARIA DO PLENO	3.755	3.800
SECRETARIA DA PRIMEIRA CÂMARA	21.174	20.608
SECRETARIA DA SEGUNDA CÂMARA	16.565	16.790
OUTRAS UNIDADES	13.553	29.023
TOTAL	233.384	233.384

Fonte: SGAP



FOTO: LETÍCIA PAIVA | PARQUE ESTADUAL SERRA DO IBITIPOCA | MG - ZONA DA MATA





FOTO DA CAPA | TEMA: FLORES DE MINAS | FOTO: ROBERTO MURTA | ZONA DA MATA/CERRADO | MG
EM CIMA, DA ESQUERDA PARA A DIREITA: AGARISTA E FLOR DE PEQUI
EMBAIXO, DA ESQUERDA PARA A DIREITA: MIMOSA E CANELA DE EMA

